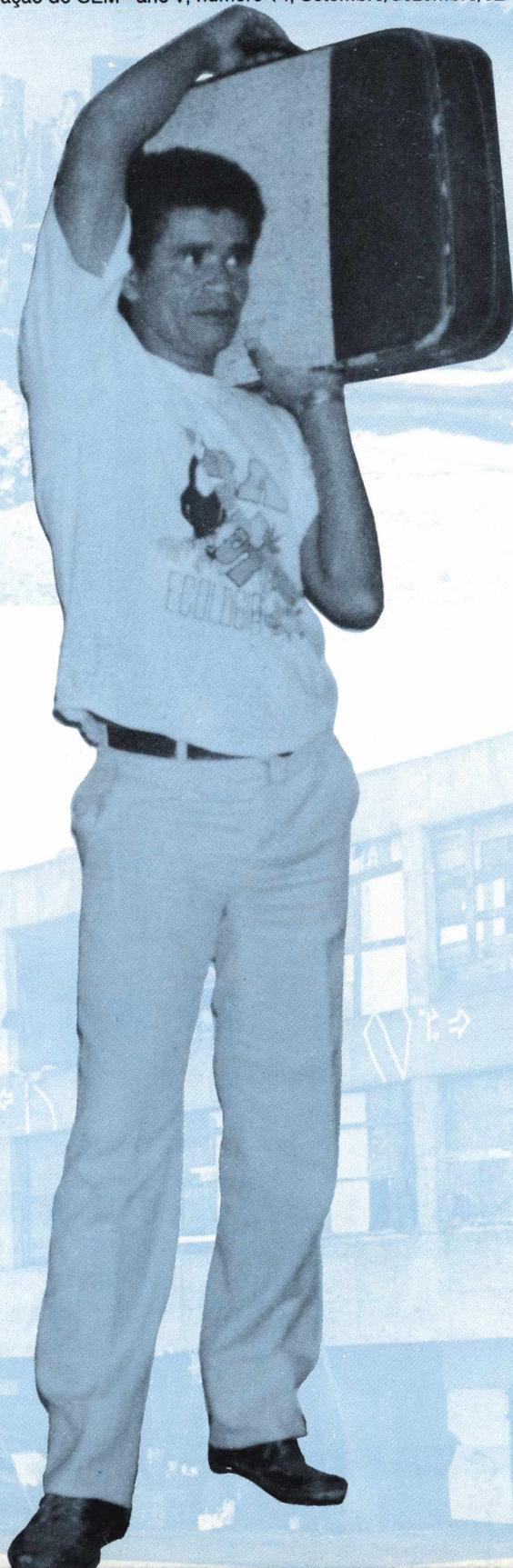


# TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - ano V, número 14, Setembro/dezembro/92



**MIGRAR  
E  
MORAR**

ISSN 0103-5576

## CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J. B. Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, religioso, demográfico, educacional, cultural etc.

**Diretor:**

Alfredo José Gonçalves

**Editora:**

Marilda Aparecida Menezes

**Jornalista Responsável:**

José Domingos Bragheto (MtB 8763)

**Secretaria de Redação:**

Dirceu Cutti

Wanderluce Pessoa Bison

**Conselho Editorial:**

Carlos B. Vainer

Cláudio Ambrózio

Dom Antônio Possamai

Edgard Malagodi

Ermínia Maricato

Fermino Fechio

Francisco Nunes

Heinz Dieter Heidemann

José de Souza Martins

José Giacomo Baccarin

José guilherme C. Magnani

José Jorge Gebara

José J. Queiróz

Luiz Bassegio

Marília P. Sposito

Milton Schwantes

**Capa:**

2M Criação e Produção Gráfica Ltda

**Editoração Eletrônica**

Art-Work Produções Ltda

Av. Itaborai 1130 Fone: (011) 276-7107

**Editor de Arte:**

Luiz Carlos Garrouba

**Diagramação e Arte Final:**

Luiz Carlos Garrouba

**Composição:**

Luiz Carlos Garrouba

**Fotolito:**

Luiz Carlos Garrouba

**Impressão:**

Gráfica Peres Ltda

**Endereço para correspondência:**

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade - CEP 01514-030 - São Paulo - SP

Telefone para contato (011) 278-6227 - Fax: (011) 278-22-84

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores.

**Assinatura anual:**

Cr\$ 20.000,00

**Assinatura de apoio:**

Cr\$ 30.000,00

**Número avulso:**

Cr\$ 7.000,00

**Exterior:**

US\$ 20,00

## MIGRAR E MORAR

5

ACAMPAMENTO DE GRANDE PROJETO, UMA FORMA DE IMOBILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO PELA MORADIA  
**Gustavo Lins Ribeiro**

10

A RUA COMO ALTERNATIVA DE MORADIA E SOBREVIVÊNCIA  
**Maria Antonieta da Costa Vieira**

15

OS MORADORES DO LIXÃO DE CAMPINA GRANDE  
**Maria Zélia Pereira Fernandes**

19

A MORADIA PROVISÓRIA DO MIGRANTE SAZONAL  
**José Jorge Gebara**

22

MORAR E CONVIVER  
**Alfredo José Gonçalves**

25

A LUTA PELO DIREITO DE MORAR  
**Fermino Fechio**  
**Ermínia Maricato**

# MIGRAR E MORAR

"Moro onde não mora ninguém  
 ...É lá onde moro  
 que eu me sinto bem."

(Agepê-Canário)

**N**um país como o Brasil, fortemente marcado pela migração interna, as partidas que distanciam pessoas cuja vida ou parte dela foi forjada num mesmo chão, é fato do dia-a-dia. Mas nas idas e vindas intermináveis que o migrante faz, não deixa também de ser frequente o reencontro.

Imaginar situação semelhante, em que dois velhos conterrâneos se reconhecem após as mudanças que o tempo lhes imprimiu nos corpos, não é difícil: à saudação inicial, entremeada por expressões de exclamação, a curiosidade, como que de assalto, se abate sobre ambos. E em meio às muitas perguntas que rolam no afã de reaproximar o que do outro ficou distante - onde você mora? - é indagação inevitável!

A partir da interrogação acima, podemos recriar intermináveis cenas. Se tomarmos, por exemplo, um camponês satisfeito com a fatura que o sítio lhe proporciona, enveredamos por demorada escuta. Afinal, cada detalhe da sua morada, como que extensão de si, merece prosa prolongada. Se, porém, o cenário montado for o de um cortiço como os da região central da cidade de São Paulo, não seria surpresa depararmos com uma resposta do tipo: moro no centro! Nenhuma palavra mais. Mas não é nossa intenção aqui demonstrar como e quando o migrante passa da fala romanceada para o silêncio ou até mesmo para o ocultamento de sua morada. O que queremos é antes perguntar a quantas anda este tema inspirador de tantos cancioneiros e poetas.

Enfocando algumas situações específicas, Travessia fez esta pergunta: onde e como mora o migrante?

- Há os que moram em acampamentos de grandes obras. Hierarquizados, controlados, engaiolados, são força de trabalho imobilizada pelo capital;
- há os que moram na rua - alguns são da rua, outros estão na rua - todos fazendo dela estratégia para sobrevivência, privatizando o público e publicizando o privado;
- há os que moram nos lixões - sórdido campo de trabalho donde extraem o sustento e repassam matéria-prima para a indústria de transformação;
- há os que moram lá e cá - dentre eles, os que deixam temporariamente o Estado de Minas Gerais e se dirigem para o interior paulista. Lá, pisam um espaço largo; cá, parte deles, os que se alojam nos barracões, confinam-se na cana; outros entulham-se nas pensões que de ano em ano só apresentam mais deterioração;
- há os que moram em favelas, melhor dizendo, nesta ou naquela favela, forjando um pedaço que teimam em não perder. Mas não são as tábuas do barraco que os prendem, e sim os liames de uma convivência duramente tecidos;
- e em meio a estes e outros tantos moradores, há os que coletivamente lutam por melhores condições de moradia - a trajetória da organização dos Sem-Teto.

No sonho de todo migrante,  
 o desejo incontido de poder  
 com o poeta cantar " ... É lá onde  
 moro que eu me sinto bem!"

Dirceu Cutti

# TRAVESSIA

Revista do Migrante  
Publicação Quadrimestral do CEM

- Uma revista de estudo, em nosso país, tem vida curta: **Travessia** promete ir longe.
- Uma revista científica, normalmente, tem linguagem técnica; **Travessia** faz a ponte entre o saber acadêmico e o popular.
- Uma revista pode focar vários temas, **Travessia** é monográfica, vários são os enfoques.
- Uma revista específica, restringe seu público; **Travessia** traz temas que podem interessar a muitos.
- Uma revista pode ser lida e descartada; **Travessia** é para ser guardada e consultada.
- Uma revista "da hora", atrai a curiosidade de todos; **Travessia** pode interessar a você.

## ASSINE ESTA PUBLICAÇÃO E ADQUIRA OS NÚMEROS ATRASADOS

Além de fácil, o preço é simbólico! basta escrever ou telefonar para:

- Revista Travessia
- Rua Vasco Pereira, 55
- São Paulo - SP
- 01514-030
- Fone: (011) 278-6227
- Fax : (011) 278-2284

Confira a promoção, escolha os números que deseja receber, faça você mesmo as contas e junto ao pedido envie um cheque nominal ao **CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS** no valor correspondente.

### Números PUBLICADOS

- 01 - Sazonais
- 02 - Cidade
- 03 - Fronteira Agrícola
- 04 - Violência
- 05 - Voto
- 06 - Barragens
- 07 - Cultura
- 08 - Trabalho
- 09 - Família
- 10 - Religião e Religiosidades
- 11 - Estrangeiros
- 12 - Educação
- 13 - Pena de Morte

#### Valor da assinatura

- ( ) Ass. válida por 1 ano: Cr\$ 20.000,00
- ( ) Ass. válida por 2 ano: Cr\$ 40.000,00
- ( ) Ass. válida por 3 ano: Cr\$ 60.000,00

Valor número avulso: Cr\$ 7.000,00

#### DESCONTOS:

- aquisição de 1 a 05 exemplares 10%
- aquisição de 6 a 10 exemplares 20%
- aquisição acima de 10 exemplares 30%

(Preços válidos até 31/10/92)

# ACAMPAMENTO DE GRANDE PROJETO

## Uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia

Gustavo Lins Ribeiro\*

A partir da Revolução Industrial, grandes projetos, como a construção de canais, ferrovias, cidades e hidrelétricas, possuem uma história intimamente relacionada com a expansão do capitalismo. Seja por causa das poderosas articulações de interesses públicos e privados por eles realizadas, seja pela gigantesca mobilização de capital e trabalhadores que provocam, ou ainda pelo estabelecimento de novos sistemas regionais explicitamente vinculados à economia capitalista como um todo.

Na história dos grandes projetos, encontramos uma transmissão de modelos de organização do processo produtivo e de administração da força de trabalho. O principal ator social portador deste modelo no tempo é o engenheiro e, por extensão, sua expressão coletiva: a escola de engenharia e a empreiteira. Os engenheiros, através da acumulação de conhecimentos herdados via educação e experiência prática, reproduzem soluções modelares ao início de cada obra. É por esta razão que os grandes projetos podem ser pensados como uma forma de produção que mantém características estruturais semelhantes em diferentes contextos geográficos e históricos (Ribeiro 1985, 1987).

No Brasil, se fôssemos fazer uma genealogia de grandes projetos - pesquisa que ainda necessita ser feita consistentemente, inclusive para pensar o crescimento notável da indústria da construção no país nas últimas três décadas - certamente começaríamos com as ferrovias construídas no século passado, com especial destaque, já neste século, para a Madeira-Mamoré (Foot Hardman 1988 e Ferreira 1981). Haveria também que incluir a construção de cidades como Belo Horizonte e Goiânia, e estradas como, por exemplo, a Via Dutra.



Foto: Arquivo CEM

No período do desenvolvimentismo juscelinista começa o boom de grandes projetos que iria encontrar seu auge nos anos 70, sob o regime autoritário. Grandes obras como a hidrelétrica de Três Marias, a cidade de Brasília e a rodovia Belém-Brasília são paradigmáticas. A construção de Brasília, a "Meta Síntese" do programa juscelinista, foi não apenas a obra mais visível do período, por sua indubitável importância política, mas também aquela que representou o maior e mais complexo esforço em termos de imobilização da força de trabalho. Relembremos que, após o início das obras em 1957, em pouco mais de dois anos um território praticamente desabitado passa a ter mais de 60.000 pessoas.

Na construção de Brasília, participaram várias empreiteiras, algumas delas mineiras como JK, que futuramente seriam algumas das empresas mais poderosas do país. Evidentemente, aquelas que se especializaram em grandes projetos (a porção privilegiada do mercado da construção civil), foram aperfeiçoando sua forma de imobilização da força de trabalho atra-

vés da moradia e a organização territorial do projeto como um todo, isto é, o conjunto de acampamentos, canteiros de obras, estradas de serviço, etc.

### IMOBILIZANDO A FORÇA DE TRABALHO

O estudo da "imobilização da força de trabalho" é de interesse não apenas para aqueles que se preocupam com o surgimento das formas de exploração típicas do capitalismo. Em plano mais genérico, pode se relacionar a imobilização da força de trabalho com a necessária sedentarização de populações humanas para o desempenho de atividades estáveis no decorrer do tempo, em lugares determinados. Aqui a "imobilização" claramente se contrapõe à existência de populações nômades com suas lógicas internas, pertinentes seja à apropriação de recursos naturais em diferentes ecossistemas, seja à mediação, via comércio, de diferentes sistemas econômicos. Isto não quer dizer que economias como a capitalista, por exemplo, não tenham espaço para populações nômades subordinadas claramente aos seus interesses, como

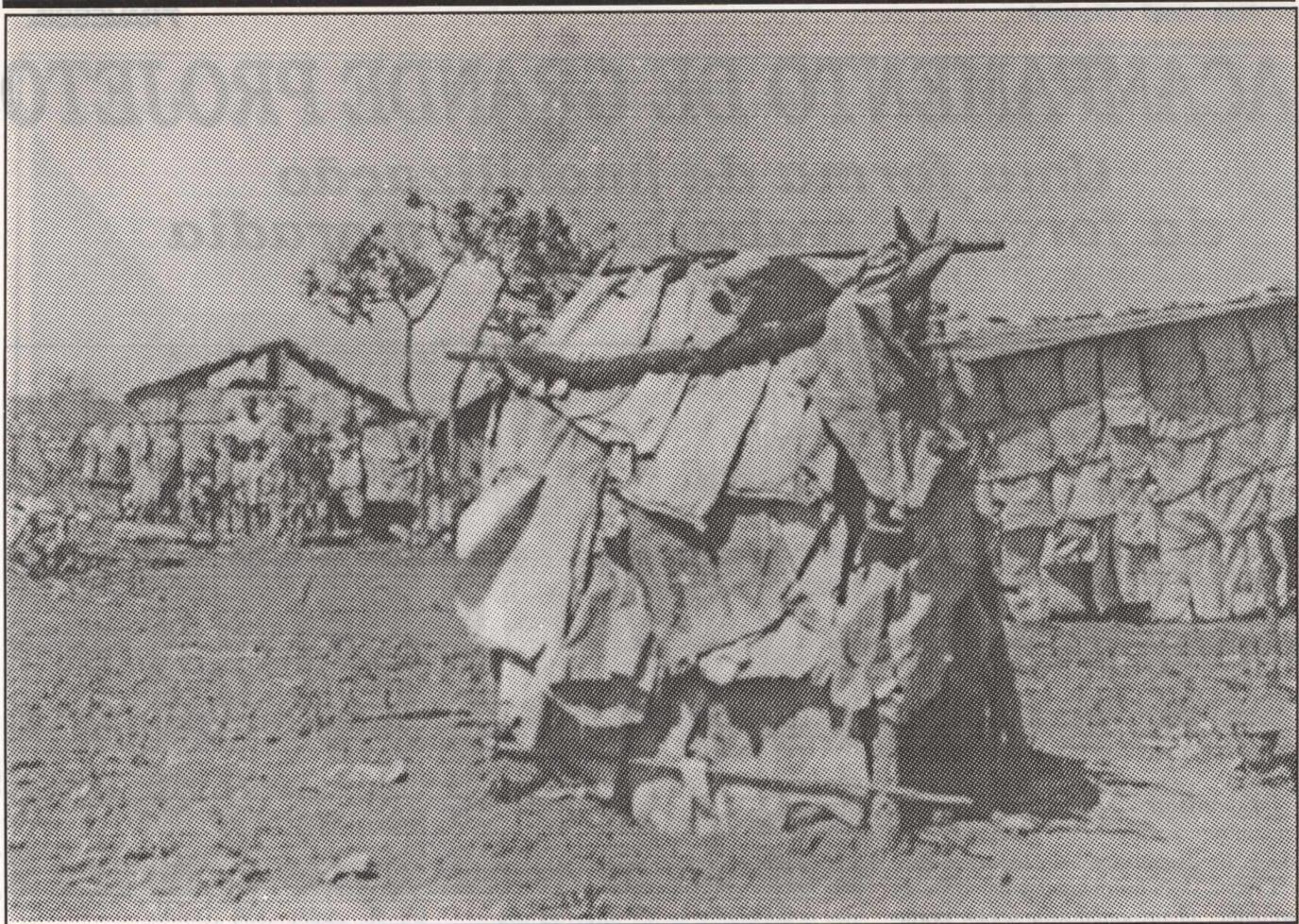


Foto: M.M. Fontenelle - DePHA/DF

Sacolândia: Trabalhadores migrantes se instalam precariamente na periferia dos acampamentos das empreiteiras durante a construção de Brasília.

aquelas chamadas por Marx de "proletariado nômade", de "infanteria ligeira do capital", ou ainda de "coluna móvel da pestilência", ao referir-se a trabalhadores vinculados a grandes projetos realizados no século XIX (sobretudo ferrovias)(1).

A "imobilização" também se contrapõe à existência de populações sedentárias (ou semi-nômades) porém não vinculadas totalmente a sistemas integrados de mercado. Isto é, muitas vezes um sistema político-econômico que se expande absorve compulsoriamente uma determinada população já sedentária, pela intervenção direta nas suas formas de apropriação do espaço, através da criação de novas configurações espaciais residenciais e produtivas. Aqui um exemplo clássico é a missão religiosa que através da "redução" de índios semi-nômades em vilas padronizadas impede a reprodução do modo de vida anterior.

Em suma, *imobilização da força de trabalho* é uma noção que remete aos interesses de um sistema político eco-

nômico que se expande e que, para tanto, necessita recrutar, administrar e controlar, temporaria ou permanentemente, populações humanas que lhe produzam consistentemente excedentes e riquezas. Entretanto, uma especificidade da sedentarização e concentração populacional promovida pelo capitalismo é a criação de um proletariado vinculado à indústria.

A discussão sobre "imobilização da força de trabalho" pode ser entendida como um sub-campo da vasta literatura sobre processos migratórios (entendidos no sentido amplo de movimento populacional e suas conseqüências) - em especial no que diz respeito à proletarianização e criação de *sistemas de trabalho migrante* (veja-se Burawoy 1976, Balán 1980). Por outro lado, ela é parte da literatura sobre subordinação e disciplinarização da força de trabalho vinculada a sistemas industriais (veja-se, por exemplo, Foucault 1975 e Leite Lopes 1988).

Os estudos do antropólogo José Leite Lopes (1976, 1979, 1988) signifi-

cam uma sofisticada contribuição para o entendimento das formas de *imobilização da força de trabalho*, em especial no que diz respeito à noção de *sistema fábrica com vila operária* (Leite Lopes 1979). A construção de uma vila operária anexa a uma grande unidade produtiva industrial localizada em área "isolada" ou rural, é uma solução clássica para a criação de uma força de trabalho disciplinada e permanentemente vinculada às necessidades produtivas de uma fábrica. A vila operária promove não apenas o estabelecimento da relação capitalista/proletário, mas também uma forma de subordinação específica onde os interesses da esfera produtiva invadem claramente todas as outras esferas da vida cotidiana do trabalhador, submetendo ele e seu grupo doméstico, através da moradia, às necessidades da fábrica (Leite Lopes 1979). Com a persistência do sistema, a vila operária tende ao "transbordamento", pelo surgimento de uma população prestadora de serviços e de um amplo mercado de trabalho, trans-

formando-se progressivamente em núcleo urbano.

A imobilização da força de trabalho através da moradia está associada a várias atividades industriais. Ela existe - seja temporária ou permanentemente - não apenas nos casos de usina de açúcar e de fábrica têxtil, tipicamente analisadas por Leite Lopes, mas também na mineração e nas indústrias da construção civil e petrolífera(2).

A presença de um sistema fábrica/vila operária, ou dos seus análogos mina/vila operária, grande projeto/acampamento, tem impactos na criação de núcleos urbanos e sistemas regionais, como demonstram, por exemplo, a configuração espacial do estado do Texas, nos EUA, da Patagônia, na Argentina (indústria petrolífera) e o sistema regional da Amazônia, no Brasil (grandes projetos e minerações). As célebres *company towns*, outra forma clássica de imobilização da força de trabalho, foram em grande medida responsáveis pela criação de vários sistemas regionais nos Estados Unidos(3). As diversas formas de imobilização da força de trabalho são, portanto, centrais não apenas para o surgimento de grandes unidades produtivas capitalistas mas também, e com um efeito muito maior em termos de expansão e permanência de sistemas econômicos, para a constituição da malha regional onde circularão mercadorias, riquezas e força de trabalho (4).

A seguir, me deterei na compreensão de uma forma específica de imobilização da força de trabalho, o acampamento de grande projeto. Como aqui me interessam as características estruturais do sistema grande

projeto/acampamento, não me deterei em exemplos concretos. Entretanto, minhas idéias se baseiam fundamentalmente em duas situações que pesquisei exaustivamente, a construção de Brasília e da hidrelétrica paraguaio-argentina de Yacyretá (Ribeiro 1980, 1982, 1991), tanto quanto em estudos de outras obras importantes como os canais de Suez e Panamá. A comparação de muitas grandes obras e a sua compreensão em perspectiva histórica, levaram-me, inspirado em discussões antropológicas sobre *plantations*, a definir os grandes projetos como uma forma de produção vinculada à expansão de sistemas econômicos (Ribeiro 1985, 1987)

### O SISTEMA GRANDE PROJETO/ACAMPAMENTO

A necessidade de contar com milhares de pessoas para a realização de uma obra gigantesca, traz a questão da habitação para o primeiro plano no planejamento e execução de um grande projeto. O acampamento é uma forma de moradia que - à semelhança do que ocorre na relação fábrica/vila operária - contribui para uma maior exploração da força de trabalho. Estando diretamente ajustado à lógica da atividade produtiva, implica em uma efetiva subordinação da quase totalidade do cotidiano das pessoas nele residente aos interesses da esfera da produção, adquirindo claros contornos de instituição total (Goffman 1974).

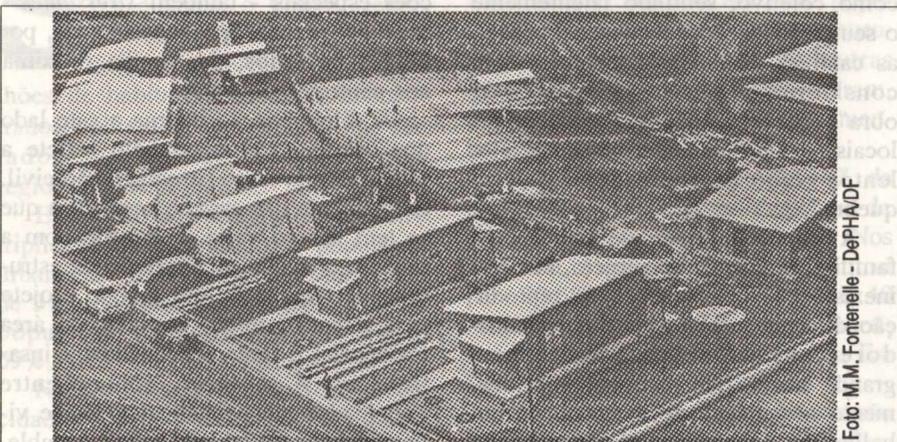
Grandes projetos, como uma forma de produção vinculada à expansão de sistemas econômicos, quase sempre são realizados em áreas parcamente povoadas, atraindo ou transferindo

trabalhadores migrantes para territórios controlados por uma complexa e poderosa articulação de empresas públicas e privadas que têm interesses e objetivos econômicos claramente definidos. Os fluxos migratórios associados a grandes projetos podem ser divididos em organizados e não-organizados e ocorrem de maneira diferenciada, internamente ao mercado de trabalho, de acordo com o grau relativo de isolamento da obra e suas características técnicas. As empreiteiras realizam vários trabalhos simultânea e sequencialmente, entre os quais transferem equipamento e pessoal criando, assim, um fluxo, o "circuito migratório dos grandes projetos" (Ribeiro 1991), entre diversas obras em escala nacional ou planetária(5).

A construção civil é uma atividade produtiva que implica em uma imobilização da força de trabalho passível de ser classificada como "situação de completa dependência do capital". Esta, dado o próprio caráter "itinerante" da construção civil, não se realiza através da forma mais estável, a vila operária, mas da forma alojamento provisório, ou sua forma mais agigantada e complexa, o acampamento. Assim, se os alojamentos são comumente encontrados nos canteiros de obras de construções individuais, em um grande projeto, isto é um complexo de várias construções parcelares, deparamo-nos com a presença de diversos grandes acampamentos, ou melhor, de diversas áreas articuladas em um gigantesco acampamento. Estas áreas, além de terem basicamente o objetivo de prover residência para a população engajada no projeto incluem também equipamentos ligados à reprodução da vida no território da construção (por exemplo, cantinas, escolas, posto de saúde, supermercados, clubes, etc.), já que são consideráveis aglomerados humanos localizados em territórios sem maiores prestações de serviço pré-existent.

### ORGANIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS INTERNAS DOS ACAMPAMENTOS

As características estruturais de uma grande projeto acabam se traduzindo na configuração espacial interna do acampamento, condicionando-a. A



Candangolândia: Acampamento da NOVACAP, COMPANHIA ESTATAL responsável pela construção de Brasília.

Foto: M.M. Fontenelle - DePH/DF

razão que preside seu planejamento reflete basicamente duas linhas, advindas tanto da lógica da atividade produtiva, quanto das particularidades da população presente no projeto, elas mesmas determinadas pelas características da força de trabalho própria ao desempenho de uma grande obra: homens, jovens, com saúde e desacompanhados de suas famílias.

Destaquemos, em primeiro lugar, a relação especular entre a organização espacial do acampamento e a hierarquia própria ao setor da construção civil, sobretudo no que diz respeito, em um primeiro momento, à distinção ser-ventes/profissionais, e, em um segundo momento, deste conjunto de trabalhadores e os controladores da produção (encarregados, mestres-de-obra, engenheiros, administradores, etc.). Em segundo lugar, salta aos olhos a ausência relativa de mulheres e famílias implicando numa concentração e separação espacial segundo a destinação das casas: unidades coletivas para trabalhadores sem família, unidades individuais para trabalhadores com família.

O fato da construção civil tratar-se de uma atividade eminentemente masculina acaba refletindo-se em uma distorção demográfica visível na população engajada em grandes projetos. O número total de homens, em proporção ao de mulheres, é fora do comum. Por outro lado, isto torna-se um problema de segurança na área, fazendo com que haja uma grande pressão sobre as mulheres que nela habitam. Como resultado, surge uma enorme zona de prostituição. Por outro lado, para controlar esta situação, o planejamento tradicional de acampamentos - marcado por preconceitos de classe, sexo e geração - termina por isolar o grande número de trabalhadores não-especializados, os que não podem trazer suas famílias e são eufemisticamente chamados de solteiros, em alojamentos coletivos. Para manter a segurança, se criam áreas com aparências e controles típicos de instituições carcerárias, aliás uma comparação que frequentemente se faz.

Nestes "alojamentos coletivos para solteiros", comumente cercados com arame farpado e vigiados por guaritas e guardas armados, é onde se revela o

caráter mais agudo de instituição total. O cotidiano é controlado por uma administração que zelosamente providencia o encadeamento seguro das atividades do grupo desde a hora de levantar, às refeições, até às formas de lazer dos operários. A administração do acampamento, como parte do quadro hierárquico mais amplo da estrutura de uma companhia, obviamente subordina-se ao corpo administrativo maior, diretamente vinculado ao controle do processo produtivo(6).

Pela mediação da administração interna, as necessidades da esfera da produção passam a determinar vários aspectos da vida dentro do acampamento. Ressaltemos, por exemplo, a possibilidade de despertar vários operários de uma só vez garantindo a pontualidade e assiduidade dos trabalhadores, bem como impondo uma permanente disponibilidade para tarefas do interesse da companhia. Uma das indicações mais visíveis desta determinação, é o ajuste da atividade da cantina às demandas do processo produtivo que necessita ter organizadas a entrada e saída dos trabalhadores na obra para assegurar a continuidade do trabalho.

As cantinas dos trabalhadores não-especializados são frequentemente localizadas dentro da área de acampamentos para "solteiros", local ideal, visto que, em outras áreas, a grande maioria alimenta-se em suas próprias casas, com comida elaborada internamente pelo grupo doméstico. Além do mais, esta localização reflete também as necessidades de controle interno ao acampamento. A cantina é um dos poucos lugares onde, no dia-a-dia, o operariado se encontra, se visualiza como coletivo, sentindo latentemente o seu poder de ação conjunta. Por isto, as cantinas de um grande projeto são consideradas como "os fusíveis da obra". De fato, elas são tradicionais locais de conflitos, alguns bastante violentos como os chamados "quebra-quebra".

A impossibilidade de trazer suas famílias para viver no projeto, isto é, a inexistência de condições de reprodução do grupo doméstico dos trabalhadores não-especializados, é uma grande marca que distingue este segmento majoritário do mercado de trabalho(7). A condição de trabalhador

não-especializado não remete a uma posição na hierarquia da construção civil e no mercado de trabalho que permita o acesso a habitações individuais.

Já os trabalhadores especializados, com experiência das condições *sui generis* de vários grandes projetos, são altamente valorizados e disputados no mercado. Seria inviável se uma firma toda vez que terminasse uma obra, despedisse seu corpo técnico e contratasse novos empregados para uma nova tarefa. Aqui estamos falando de um segmento que engloba engenheiros e outros profissionais de formação universitária, mestres-de-obra, técnicos de alto nível, que recebem ótimos salários e vantagens adicionais que se expressam em uma estrutura de privilégios existentes internamente à vida de acampamento. Recebem carros, casas mobiliadas, clubes, e inclusive escolas para as suas crianças.

A grande maioria das residências individuais se destinam aos controladores da produção e aos trabalhadores especializados reflete tanto o maior poder destes últimos quanto o fato de que, *grosso modo*, os trabalhadores ao chegarem em nível mais qualificado de seu treinamento também encontram-se em momento de suas vidas onde já constituíram famílias. A impossibilidade de poder reproduzir seu grupo doméstico no território de um grande projeto, significaria, para muitos trabalhadores especializados, a despeito até de vantagens salariais, a impossibilidade de manter-se trabalhando para uma determinada empreiteira. Daí os acampamentos de grandes projetos preverem grandes áreas para a elite técnica viver confortavelmente e poder reproduzir sua vida social, sob condições especiais - também *stressantes* - mas que permitem a permanência, por longos períodos, da família próxima aos canteiros de obras.

A diferenciação interna a este lado dos acampamentos também reflete a hierarquia do ramo da construção civil. A qualidade das casas e serviços a que se tem acesso varia de acordo com a posição ocupada. A migração da estrutura hierárquica de um grande projeto para a configuração espacial da área residencial é fonte de conflitos e insatisfações. A sensação, comum entre trabalhadores especializados, de se viver em uma "gaiola de ouro", é emble-

mática da consciência de estar em situação privilegiada mas mesmo assim submetido à lógica maior da imobilização da força de trabalho pela moradia que, em última instância, faz com que todos nunca saiam do trabalho. Finalmente, ao chegar em casa, quem sabe se uma briga com o vizinho, chefe de sua divisão, não trará consequências negativas para a sua carreira funcional?

Em realidade, o acampamento, sua construção, configuração e utilização, é universo privilegiado para perceber a estruturação do espaço de acordo com diferenças de classe, concomitantemente, diferenças internas a um determinado ramo da produção. Dos muitas vezes miseráveis, sujos e apertados alojamentos coletivos de serventes até as luxuosas e espaçosas casas de gerentes, diretores e proprietários, a divisão deste espaço é claramente orientada pela lógica da esfera da produção tal qual expressa concretamente no ramo da construção civil.

\* Doutorado conjunto flaco/unb em estudos comparativos sobre América latina e o Caribe; departamento de antropologia da Universidade de Brasília. pesquisador do CNPq.

Notas

- (1) A este respeito veja-se Leite Lopes (1988) "Anexo 1". Em meu trabalho sobre a Hidrelétrica Binacional de Yacretá (Ribeiro 1991), obra em execução sobre o Rio Paraná na fronteira da Argentina com o Paraguai, elaborei, para interpretar um caso do que poder ser designado genericamente de "nomadismo industrial", a concepção de "circuito migratório dos grandes projetos" para dar conta da existência de trabalhadores migrantes, os bichos-de-obra, associados à execução destes empreendimentos.
- (2) Neiburg (1988), utilizando a noção de sistema fábrica/vila operária, estudou a evolução de uma indústria de cimento na Argentina.
- (3) Sobre esta questão ver, por exemplo, Olien & Olien (1982), Rofman & Romero (1973), Becker (1986) e Allen (1966).
- (4) Para uma análise sobre grandes projetos e a formação de sistemas regionais veja Laurelli (1987).
- (5) O habitante típico do "circuito migratório dos grandes projetos" é o trabalhador especializado, transferido de projeto a projeto em escala mundial. São denominados, na Argentina, de "bi-

- chos-de-obra". Encontrei até terceira geração de bichos-de-obra na hidrelétrica de Yacretá. Explorei o impacto desta situação para a fragmentação e reconstrução de identidades em trabalho anterior (Ribeiro 1992).
- (6) Leite Lopes ao estudar a imobilização da força de trabalho pela moradia em usinas de açúcar afirma que "a homologia que se dá entre a estrutura de moradia no território da usina e a estrutura hierárquica no processo de trabalho dentro da fábrica não se reflete apenas de maneira espacial na disposição de ruas e casas: ela se manifesta também na submissão à mesma autoridade tanto no domínio do trabalho quanto no da moradia" (1976:176).
- (7) A ausência do grupo doméstico geralmente coincide com condições externas de controle de uma população masculina e/ou com problemas de segurança criados pela situação. Em todos os exemplos de alta concentração de homens com a consequente distorção demográfica e social, registram-se a prostituição e o aparecimento frequente de conflitos: garimpos, portos, áreas próximas a grandes exércitos estacionados, etc.

Referências Bibliográficas

- - Allen, James B. (1966). **The Company Town in the American West**. Norman. University of Oklahoma Press.
- - Balán, Jorge (1980). "Migraciones Temporárias y Mercado de Trabajo Rural en América Latina". Buenos Aires. **Estudios Cedes** vol. 3, no.3.
- - Becker, Bertha (1986). "Signification Actuelle de la Frontiere: Une Interpretation Géopolitique à partir du Cas de l'Amazonie Brésilienne". **Cahiers de Sciences Humaines** 22 (3-4): 297-317.
- - Burawoy, Michael (1976). "The Functions and Reproduction of Migrant Labor: Comparative Material from Southern Africa and the United States". **American Journal of Sociology** 5: 1050-1087.
- - Ferreira, Manoel Rodrigues (1981). **A Ferrovia do Diabo. História de uma estrada de ferro na Amazônia**. São Paulo. Melhoramentos.
- - Foot Hardman, Francisco (1988). **Trem Fantasma. A Modernidade na Selva**. São Paulo. Companhia das Letras.
- - Foucault, Michel (1975). **Surveiller et Punir. Naissance de la Prison**. Paris. Gallimard.
- - Goffman, Erving (1974). **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo. Editora Perspectiva.
- - Laurelli, Elsa (1987) - "Los Grandes Proyectos: Estrategias de Desarrollo

- y Transformacion del Territorio". In **Los Grandes Proyectos y el Espacio Regional. Presas Hidroeléctricas y el Sistema Decisional**. Cuadernos del CEUR 19. Buenos Aires.
- - Leite Lopes, José Sérgio (1976). **O Vapor do Diabo. O trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro. Paz e Terra.(1979). "Fábrica e Vila Operária: Considerações sobre uma Forma de Subordinação Buerguesa". In J.S.Leite Lopes, et al., **Mudança Social no Nordeste, a Reprodução da Subordinação**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. (1988). **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na cidade das chaminés**. São Paulo. Editora Marco Zero e Editora Universidade de Brasília em co-edição com MTC/CNPq.
- - Neiburg, Federico (1988). **Fábrica y Villa Obrera: historia social y antropología de los obreros del cemento**. (2 vols.). Coleção "Biblioteca Política Argentina". Buenos Aires. Centro Editor de América Latina.
- - Olien, Roger M. & Diana D. Olien (1982). **Oil Booms. Social Change in Five Texas Towns**. Lincoln & London. University of Nebraska Press.
- - Ribeiro, Gustavo Lins (1980). **O Capital da Esperança: Brasília. Estudo sobre uma Grande Obra da Construção Civil**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia, da Universidade de Brasília. (1982). "Arqueologia de uma cidade: Brasília e suas Cidades Satélites". **Espaço & Debates** 5: 113-124. (1985). "Proyectos de Gran Escala: Hacia un marco conceptual para el analisis de una forma de producción temporária". In Leopoldo Bartolomé (org.): **Relocalizados: Antropologia Social de las Poblaciones Desplazadas**. Buenos Aires. Ediciones del IDES. (1987). "Cuanto Más Grande Mejor? Proyectos de Gran Escala, una Forma de Producción vinculada a la expansión de sistemas económicos". **Desarrollo Económico** 105: 03-27. (1991). **Empresas Transnacionais. Um Grande Projeto por Dentro**. São Paulo/Rio de Janeiro. Marco Zero/Anpocs. (1992). "Bichos-de-Obra. Fragmentação e Reconstrução de Identidades". **Revista Brasileira de Ciências Sociais** 18: 30-40.
- - Rofman, Alejandro B. & Luis A. Romero (1973). **Sistema Socioeconómico y Estructura Regional en la Argentina**. Buenos Aires. Amorrortu Editores.

# A RUA COMO ALTERNATIVA DE MORADIA E SOBREVIVÊNCIA (1)

Maria Antonieta da Costa Vieira\*

**A** crescente ocupação de espaços públicos como moradia pela população de rua incomoda diferentes grupos sociais e instituições, pelos mais diferentes motivos que vão de um sentimento de solidariedade com o desabrigado, passam pela indignação sobre o transtorno e sujeira provocados por aqueles que se instalam nas ruas e vão até as dificuldades que o poder público enfrenta diante de uma situação contraditória: Gerenciar o espaço público e atender as necessidades da população.

É voz corrente que esta população está aumentando nas ruas de São Paulo e de outros grandes centros do país. A imprensa tem constantemente dado destaque a esta questão, associando-a a um fenômeno, o internacional - aumento crescente dos "homeless" nos grandes centros urbanos no primeiro mundo, - fruto do processo econômico recessivo, onde imigrantes pobres e desempregados passam a usar a rua como alternativa de moradia.

A ausência de estudos sistemáticos sobre a população de rua impede seu dimensionamento mais preciso. Chega-se a exagerar seu número, fala-se em centenas de milhares de pessoas nas ruas de São Paulo(2).

Sem deixar de lado o fato de que é expressivo e crescente o número de pessoas que passam a viver nas ruas, é importante atentar para a dimensão simbólica do alvoroço com os números. A ocupação de praças, viadutos e jardins torna público o que fica escondido dentro dos barracos de favela, casas precárias de periferia e cômodos de cortiço do centro deteriorado, denuncia a falta de emprego, de moradia, a falta de recursos de higiene e saúde.

Na medida em que esta população passa a compor o espaço urbano, se incorporando à paisagem justamente nos locais privilegiados da cidade, ela

nos obriga ao incômodo de incorporar na nossa já frágil visão de nós mesmos como sociedade, o que foi gerado no seu processo de produção e reprodução da desigualdade. Mas quem é esta população de rua para além do avesso que ela apresenta aos nossos olhos?

## Morar na rua: Publicização da vida Privatização do espaço público

É pouco ainda o que se pode falar sobre a população de rua do ponto de vista de estudos e pesquisas, uma vez que este tema tem sido excluído também da academia como objeto de estudo(3). No entanto, alguns trabalhos de investigação, realizados conjuntamente com grupos que já trabalham com esta população começam a sistematizar informações e reflexões(4).

Estamos entendendo por população de rua o grupo social que sobrevive da rua e a utiliza de forma permanente ou circunstancial como moradia(5).

É importante dizer que o mundo da rua não se esgota neste segmento de população. Convivem nele grupos diferenciados: prostitutas, travestis, traficantes, ambulantes, policiais, mendigos, um mundo subterrâneo com suas regras, suas relações de poder, no qual os "homens de rua" são apenas participantes, na maioria das vezes, submetidos e explorados.

Estar na cidade a partir da perspectiva da população de rua é por um lado estar excluído: da habitação, do emprego regular, dos direitos e serviços e por outro é estar integrado ao mundo social a partir de uma inserção peculiar, a de utilização das sobras do excedente social no que se refere ao consumo, ao trabalho, aos espaços públicos.

A população de rua tem na rua o seu grande arsenal de recursos(6). Para se alimentar serve-se de inúmeros pontos de distribuição de comida orga-

nizados por grupos voluntários e instituições filantrópicas e religiosas em vários pontos da cidade, conhecidos por eles como "boca de rango". Utilizam ainda as sobras de legumes e verduras das feiras livres, do mercado municipal e sobras de refeições oferecidas por alguns restaurantes. Os que "chegam" na rua vão recebendo informações a respeito dos "pontos". É comum se ouvir dizer entre os mais antigos: "na rua não se passa fome"(7).

A rua é também fonte de trabalho ainda que não exclusivo. Parte da população de rua utiliza a cata de papelão como principal estratégia para obtenção de dinheiro. Na rua também são realizados pequenos serviços, "bicos", como guarda e lavagem de carros, carregamento de caminhões, venda de alimentos, flores, etc... Sobreviver na rua não significa viver de esmolas. Na pesquisa SEBES/PMSP constatou-se que a maioria dos pesquisados realizam alguma atividade para ganhar dinheiro sendo as mais frequentes a de carregador, catador de papelão e encartador de jornais.

Os espaços públicos são usados também para dormir: praças, marquises de estabelecimentos comerciais, baixos de viadutos e mesmo buracos cavados na terra sob os viadutos são utilizados em gradações diferentes de permanência. Enrolados em cobertores ou papelão grupos masculinos, quase que exclusivamente, abrigam-se durante a noite nas ruas centrais da cidade, em prédios abandonados ou constróem abrigos improvisados sob viadutos. Por vezes se apropriam dos espaços de forma mais permanente. Em algumas situações formam-se agrupamentos que tendem a reproduzir a casa e a família na rua, organizando os espaços e atribuindo papéis aos membros do grupo. Muitas vezes o grupo se organiza em torno de uma mulher ou então de homossexuais que assumem papéis femininos. No entanto, a maior parte mantém relações pou-

co estáveis, estando ora num local ora noutro com companheiros diferentes.(8)

A rua é ainda espaço de sociabilidade, de convivência, onde se formam grupos de conversa, de troca de informações, de roda de pinga. É muitas vezes na rua que seus moradores fazem sua higiene pessoal utilizando fontes de água, bicas, chafarizes para tomar banho, lavar roupa, etc...

Morar na rua significa ter aí o seu habitat que implica em resignificar os espaços e alterar seus usos: realizar no domínio da rua o que usualmente faz parte do domínio da casa. O que é habitualmente privado - comer, dormir, se lavar, é agora público, feito diante de todos. Esta inversão tem uma outra consequência: ao tornar público o que é privado também privatiza o que é público. Espaços definidos socialmente como coletivos: para transitar, divertir, comemorar, contemplar tornam-se espaços de morar, preenchidos com objetos pessoais e atividades próprias do âmbito doméstico. Esta apropriação privada do espaço público subverte uma regra social básica de uso do espaço, o que torna conflitiva a ocupação das ruas como moradia. Neste contexto o poder público se torna uma espécie contraditória onde por um lado chegam as pressões de moradores, instituições públicas, etc... para remover a população dos locais, e por outro se avoluma a questão social de uma população que sem moradia ocupa as ruas. As respostas tradicionais que o poder público historicamente deu a esta questão foram basicamente a repressão e o assistencialismo.(9) Novas respostas precisam ser dadas às novas formas que o problema vem assumindo.

## O mundo visto da rua uma visão ambígua

Desprovido de casa, de trabalho regular, na maioria das vezes de família, enfim, dos signos usuais nos quais ele possa se ver retratado e que revelam sua identidade, o homem de rua concentra sua expressão no corpo. Geralmente carrega consigo numa sacola seus pertences que se resumem a algumas roupas, objetos de uso pessoal e uma garrafa de pinga. Geralmente só, ou com companheiros ocasionais ele anda pelas ruas carregando seu mundo

nas costas. Desta perspectiva ele tem um outro olhar sobre a cidade e a sociedade. Pode, por exemplo, assistir do banco do jardim, da calçada ou da porta da igreja a passagem apressada do exército de trabalhadores regidos pelo horário apertado do relógio que regula a vida, espremidos pela condução, pelo trânsito, pelas cobranças do patrão, pelo pagamento do aluguel, pela falta de dinheiro no fim do mês, enfim, premidos pelas inúmeras obrigações e compromissos sociais a que devem responder.

É outro o tempo da rua, ele não está controlado pelo relógio. É possível passar horas assistindo a cidade acontecer. Não há pressa no andar lento e pausado do homem da rua. (10)

É no seu ritmo e no seu tempo que ele vai "batalhar" a sobrevivência: o "rango", o lugar de dormir, a venda de algum papelão, alguma ajuda financeira de instituições. Ele pode também viajar, ir até Santos para passear ou para o interior do estado porque arrumou um "bico" para fazer.

A partir da lógica da sobrevivência na rua é muito alto o custo que o trabalhador paga para ter teto e comida: o trabalho extenuante, o tempo controlado, para uma precária qualidade de vida, de alimentação e habitação. Uma vez socializado na rua, como retornar a um stressante cotidiano na construção civil ou em serviços gerais aliado muitas vezes a problemas de saúde e ao alcoolismo?

Assim como o morar na rua viola regra social de uso do espaço, a forma de sobrevivência desta população - que se faz apenas secundariamente pelo mercado seja o de trabalho ou o de bens - subverte os padrões e valores de reprodução da sociedade capitalista onde o trabalho aparece como a forma legítima de se garantir o susten-

to, e sua troca - através do dinheiro - a possibilidade de acesso às outras mercadorias.

A resposta da sociedade para aquele que não se enquadra é o estigma: "vagabundo", "malandro", "vadio" ou quando muito "coitado", ele é o "outro", o que não faz parte, que precisa ser eliminado ou reintegrado.

Mas o homem de rua também de forma extremamente rígida, assume o estigma lançado sobre si, utilizando os olhos da sociedade para avaliar sua condição social. Sente-se um "fracassado", um "caído". A justificativa para esta situação oscila entre estabelecer razões externas como a falta de emprego, a falta de apoio e a auto culpabilização, com destaque para o alcoolismo.

A forma que o homem de rua encontra de livrar-se do estigma é de negar a sua prática e o seu grupo social buscando, no nível da representação, identificar-se com os papéis socialmente aceitos. Assim é que muitos homens de rua, às vezes há anos morando na rua, se apresentam como trabalhadores que estão desempregados, que

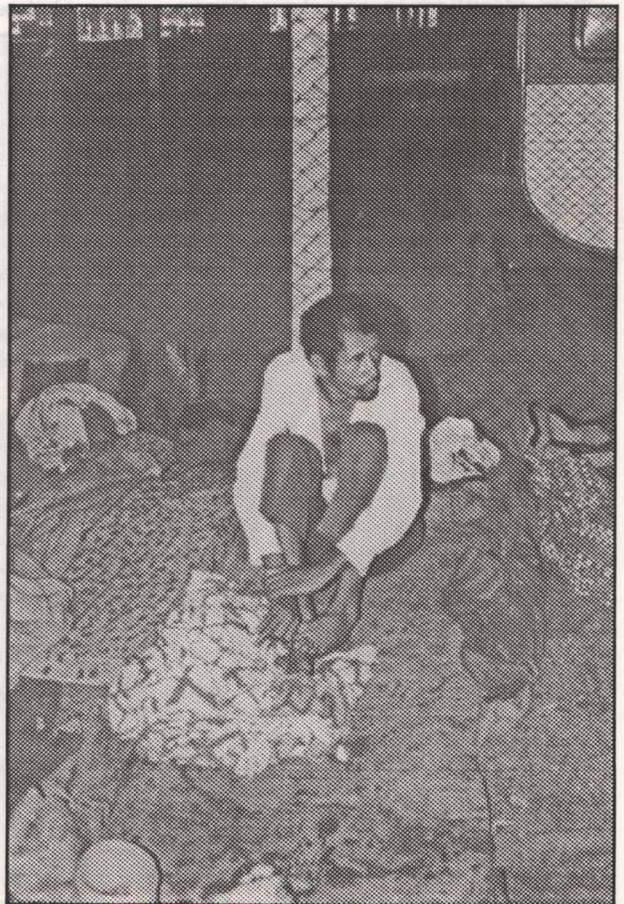


Foto: Suzuki

perderam os documentos e que recomeçarão a trabalhar tão logo consigam recuperá-los. Efetivamente eles muitas vezes tiram novos documentos e tornam a perdê-los. O ritual do documento parece conter, simbolicamente, a tentativa reiterada de adentrar as portas da cidadania que resgataria a identidade perdida.

Quando perguntadas sobre o futuro, muitas pessoas que estão na rua expressam o sonho de constituir uma família, desde que pudessem ter condições de sustentá-la através de um trabalho regular e estável. Família e trabalho permanente, um projeto que certamente se prende a uma vivência e valores do passado e que se confronta com uma nova prática que não inclui o trabalho regular como alternativa de sobrevivência e estabelece outras formas de relação que não a da família constituída.

No entanto esta prática não é assumida. É comum entre os homens de rua referirem-se a si mesmos como trabalhadores e a seus companheiros como "vagabundos", "maloqueiros", "gente que não quer trabalhar". Neste sentido evitam identificar-se com seus iguais

quando estes revelam a face do estigma, preservando para si a identificação com os valores constituídos. No entanto, tendo como referência estes valores ele se vê como mal sucedido. Dessa forma, do ponto de vista social, o homem de rua se encontra numa dupla solidão: em relação ao seu passado e em relação ao seu grupo social. Neste contexto a garrafa de pinga, a "branquinha", é uma companheira inseparável. Ela ajuda a suavizar o desconforto, a solidão e permite o estabelecimento de laços com os companheiros de rua. A relação com o mundo na rua é privilegiadamente mediada pelo álcool. Suavizando as rupturas ele parece ter, para estas pessoas, o poder de tornar integrado dentro de si o que se apresenta tão fragmentado.

### A trajetória da População de Rua ser da rua e estar na rua

Tornar-se morador de rua é um processo onde são rompidos vínculos - com o trabalho, a família, a moradia, o mercado - e onde vão sendo construídos novos referenciais. Aos poucos o indivíduo vai descobrindo através dos companheiros, as alternativas para vi-

ver na rua: os locais de distribuição de comida, os pontos de dormida, os "bicos" próprios da rua, as instituições assistenciais de atendimento.

Cortando cada vez mais seus vínculos com o passado o indivíduo vai se socializando no mundo da rua. Quanto maior o tempo na rua maior a dificuldade de reestabelecer os laços anteriores: obter um trabalho, alugar um cômodo, procurar os parentes. As pessoas que vivem na rua sofrem um processo rápido de depauperamento físico e mental agravado pela utilização permanente do álcool. Sua aparência vai mudando: suas roupas, seu andar lento, fazem com que ele seja identificado socialmente como "homem de rua", "mendigo", "vagabundo". Dessa forma ele cria uma relação de dependência cada vez mais forte com o mundo da rua.

No entanto, as pessoas que vivem na rua têm uma história que, na maioria das vezes, se fez fora dela.(11) Neste sentido, o morador de rua faz parte de um conjunto social mais amplo: da população sem residência fixa, sem trabalho regular, sem uma convivência permanente com o grupo familiar.



Foto: Alderon P. da Costa - CDCM

## 1 - INTRODUÇÃO

Fazem parte deste grupo, além dos moradores de rua, os trabalhadores temporários entendidos como aqueles que percorrem o país à procura de trabalho, seja no campo - como bóias-frias, peões, etc. - seja na cidade - como serventes da construção civil, ajudantes gerais de empresas de trabalho temporário, etc... Geralmente todos eles não possuem residência fixa: vivem em alojamentos, pensões precárias ou abrigos improvisados, geralmente estão sozinhos, aliando-se ocasionalmente a compenheiros de trabalho ou de aventura. São predominantemente homens.(12).

Socialmente este grupo é gerado no bojo do processo econômico-social que ao mesmo tempo que exclui uma parcela da classe trabalhadora do trabalho regular, da propriedade da terra,

a reproduz como necessária no trabalho temporário e informal. São exemplos disso os trabalhos sazonais de colheita no campo, os trabalhos não especializados na construção civil, os inúmeros trabalhos temporários urbanos de empresas de serviços, os "bicos" realizados informalmente na cidade.

Um contingente significativo da força de trabalho percorre este caminho. Não especializados - "pau para toda a obra" - vão se deslocando para diferentes atividades e diferentes lugares, alternando trabalho e desemprego. Esta diversidade e segmentação impede a criação de vínculos estáveis com o trabalho, a família, os lugares. Sua vida está sempre recomeçando. Quase nada é permanente, a não ser a procura cotidiana da sobrevivência. Ser morador de rua não é o destino

necessário de todo o grupo social descrito anteriormente como sem residência fixa e sem trabalho regular. Pode-se dizer que esta é uma das possibilidades para esta população nos grandes centros urbanos que pode crescer na medida em que a conjuntura restringe as possibilidades de emprego e moradia.(13)

Cabe dizer que aqueles que estão próximos desta condição rejeitam violentamente a identificação com o morador de rua.

Na pesquisa realizada pela SEBES-PMSP foram incluídos não só moradores de rua mas frequentadores de um albergue da cidade que possui convênio com a prefeitura. O perfil desta população coincide em vários pontos com a população moradora de rua. São principalmente homens, tendo em média de 30 a 35 anos, estão desempregados ou fazem trabalho temporário, especialmente na construção civil ou empresas de limpeza, conservação ou vigilância e não vivem com a família. Mais de 70% está há mais de um ano e meio em São Paulo, ou seja, não são migrantes recentes. Vivem em pensões precárias ou alojamentos de obras e são frequentadores de albergues e do Cetrem.

O dado surpreendente é que 40% dos pesquisados declarou já ter dormido na rua quando estava sem dinheiro e não conseguiu obter vagas nos albergues.

O trabalhador da construção civil que vive no alojamento ao perder o emprego perde também a moradia. O trabalhador temporário desempregado não tem como pagar uma vaga de pensão. A situação de crise econômica tende a expor um número cada vez maior de pessoas à possibilidade de ficar na rua. O estar circunstancialmente na rua faz com que este trabalhador conheça as estratégias de sobrevivência oferecidas pela rua e passe a fazer uso delas. Na pesquisa sobre os pontos de distribuição de comida realizada pela SEBES-PMSP foram encontrados vários trabalhadores da construção civil que estão utilizando estes locais para se alimentar. (14)

Diante de uma conjuntura de empobrecimento e desemprego a rua se torna cada vez mais, para um segmento da população, uma alternativa face aos problemas de moradia e sobrevivência, deslocando cada vez mais para o passado a imagem tradicional do morador de rua, a do andarilho pedidor de esmolas.

\* Maria Antonieta da Costa Vieira é socióloga da Secretaria Municipal do Bem Estar Social de São Paulo e doutoranda da UNICAMP.

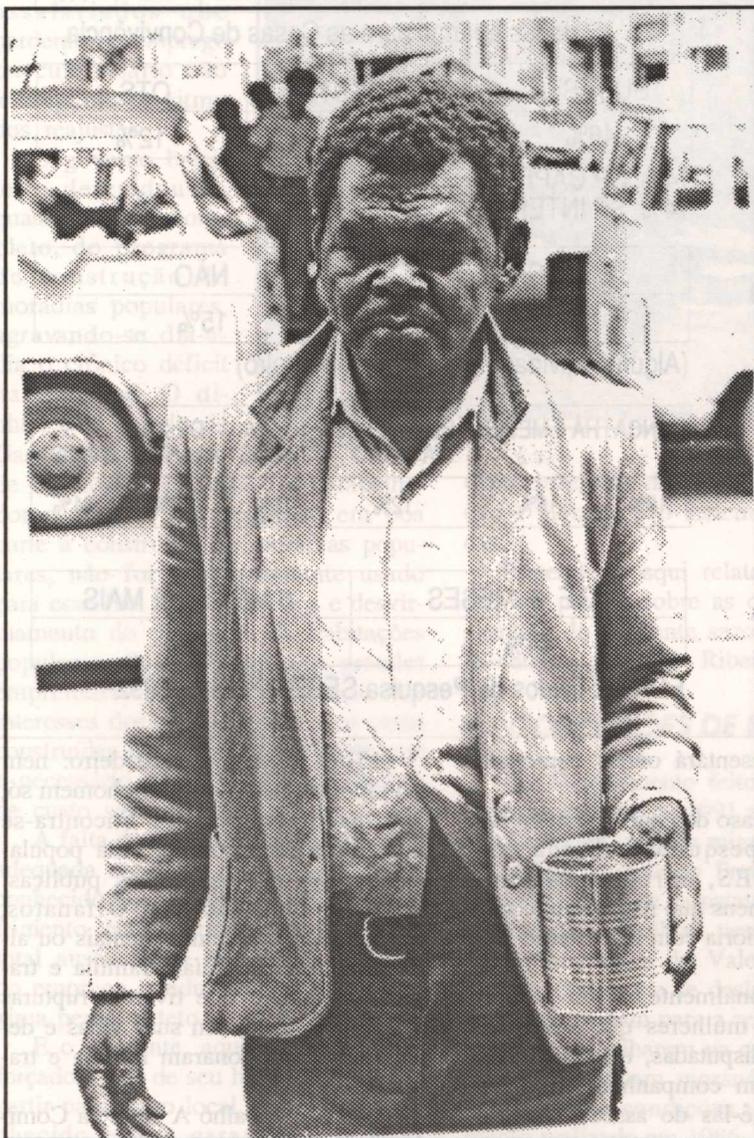


Foto: Alderon P. da Costa - CDCM

**Notas**

(01) Este artigo tem como referência a pesquisa que vem sendo realizada sob a coordenação da SEBES-Secretaria Municipal de Bem Estar Social de São Paulo denominada: "Ação intersecretarial junto à População de Rua", com assessoria da PUC/SP e do Centro Latino-Americano de Estudos em Saúde Mental.

(02)-No levantamento realizado em maio por SEBES na pesquisa "Ação Intersecretarial junto à População de Rua", na área central da cidade foram encontradas aproximadamente 5 mil pessoas dormindo ao relento. É necessário, no entanto, observar que não estão incluídos nestes números aqueles que dormem nos depósitos de papelão e "mocós" (casas abandonadas) e que o levantamento não abrangue a cidade como um todo.

(03)-Exceção seja feita ao consistente trabalho de Stoffels, MarieGhislaine: Os mendigos na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

(04)-A pesquisa realizada pela Prefeitura de São Paulo conta com a participação de entidades que trabalham há muitos anos com a população de rua, como a "Comunidade dos Sofredores de Rua", e que possuem uma reflexão acumulada a partir de sua prática.

(05)-Esta noção está sendo utilizada na pesquisa realizada pela Prefeitura: "Ação Intersecretarial junto à População de Rua" - Projeto Operacional. SEBES/PMSP; Mimeo, 1990.

(06)-Ver Broide, Jorge - "A Rua como Instituição". Centro Latino-Americano de Estudos em Saúde Mental, Mimeo, 1991. O autor desenvolve uma análise interessante sobre a relação estabelecida com a rua como fonte de recursos.

(07)-Ver trabalho sobre a Rota da Comida - a "Boca de Rango", SEBES, 1991, Mimeo.

(08)-Ver trabalho sobre Remoção, SEBES, 1991, Mimeo.

(09)-Ver: idem 7.

(10)-Sobre o tempo do catador de papel ver: Dias, C.J.Morais - A Catação de Papel na Ruas de São Paulo. São Paulo, Mimeo.1987.

(11)-Começa a existir uma geração que nasceu e cresceu na rua, que cer-

**PERFIL DA POPULAÇÃO DE RUA FREQUENTADORA DAS CASAS DE CONVIVÊNCIA E DOS ABRIGOS DE INVERNO - SEBES/PMSP**

SEXO	HOMENS	MULHERES
	92%	8%

COR	BRANCO	PARDO	NEGRO
	50%	30%	20%

IDADE	-30 ANOS	30 A 40 ANOS	40 E MAIS
	27%	40%	33%

ESCOLARIDADE	ANALF.	SEMI ANALF.	1º GRAU INC	1º GRAU COM	2º GRAU INC	2º GRAU COM
	4%	7%	73%	10%	2%	4%

(\*) dados apenas para as Casas de Convivência

ORIGEM	SUDESTE	NORDESTE	OTS
	46%	42%	12%

14% SP CAPITAL  
14% SP INTERIOR

TRABALHO	SIM	NÃO
	85%	15%

(Alguma atividade para ganhar dinheiro)

TRABALHO REGISTRADO	NUNCA	HÁ 6 MESES	DE 6 MESES A 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	+ 5 ANOS
	13%	16%	12%	11%	17%	31%

TEMPO NA RUA	ATÉ 6 MESES	6 MESES E MAIS
	44%	56%

FONTE: Dados da Pesquisa SEBES/PMSP - 1992

tamente apresentará outras características.

(12)-No caso dos que vivem na rua, segundo a pesquisa realizada pela PMSP/SEBES, aproximadamente 90% são homens que não vivem com a família, a maioria com idade entre 25 e 40 anos.

Proporcionalmente, há um número pequeno de mulheres que vivem na rua. Muito disputadas, elas costumam recorrer a um companheiro fixo que possa protegê-las do assédio dos demais.

(13)-O inverso é verdadeiro: nem todo morador de rua foi um homem só, trabalhador temporário. Encontra-se entre eles, por exemplo, uma população egressa de instituições públicas: FEBEM, Penitenciária, Orfanatos, pessoas com problemas mentais ou alcoólatras, que possuíam família e trabalho regular, e que tiveram rupturas emocionais fortes em suas vidas e depois disso abandonaram família e trabalho, etc...

(14)-Ver trabalho A Rota da Comida, idem 5.

# OS MORADORES DO LIXÃO DE CAMPINA GRANDE

Maria Zélia Pereira Fernandes\*

**N**este artigo nos propomos a analisar a moradia e as condições de trabalho dos Catadores de Lixo de Campina Grande.

Esta condição de trabalho tem sido também uma das estratégias de sobrevivência utilizada pela população desempregada e sem qualificação profissional do município de Campina Grande no Estado da Paraíba, de modo a compreender como essa atividade "permite" sua reprodução social e de sua família.

Para entendermos essa estratégia, resgatamos todo o processo de produção na catação de lixo. Analisamos a construção do espaço social, onde se articulam produção e moradia; as condições de trabalho; a comercialização do lixo e as condições de vida desses trabalhadores - nível de renda, moradia, padrão alimentar, saúde e educação. Para tanto, utilizamo-nos de uma pesquisa tipo participativa, na qual foram aplicados questionários e entrevistados 50 chefes de família, no período de fevereiro a junho de 1990.

Este espaço que está sendo produzido e (re)produzido pelos Catadores de Lixo é palco privilegiado onde se processa a mais explícita forma de miséria, onde o homem para sobreviver precisa travar disputa com animais como: vacas, cachorros, porcos e insetos - baratas, ratos e moscas. A pobreza visível nessa paisagem testemunha a condição de vida do homem que é desprovido dos meios de produção.

## PERFIL DAS FAMÍLIAS CATADORAS DE LIXO

Trabalhamos com 50 famílias num total de 265 pessoas, sendo 149 homens e 116 mulheres. Desse número 60% moram no próprio lixão articulando produção e moradia e 40% em vários

bairros periféricos pobres da cidade. Quanto à origem dessas famílias, 70% foram expulsas do campo em decorrência da concentração fundiária, da pecuarização, hoje também poupadora de mão-de-obra, e do não cumprimento das obrigações trabalhistas por parte dos latifundiários. "Trabalhei mais de 15 anos na terra dos outros, na hora que o dono quis me jogar na rua, não olhou o quanto eu trabalhei pra ele. Saí pelo mundo afora, morando um dia aqui outro ali, rolando como folha seca com minha família até chegar aqui." (Catador, 48 anos)

Os 30% restantes argumentam que migraram para a cidade espontaneamente, objetivando o melhor das condições de vida através do acesso a um emprego. Embora afirmem que migraram espontaneamente, o nível de percepção da realidade dessas famílias não as torna capazes de perceber que se o campo oferecesse todas as condições de sobrevi-

vência, não migrariam para a cidade.

"Tinha um pedacinho de terra e fui tentado pelo meu vizinho para vendê-la. Acabei não resistindo e vendi. Partimos para a cidade, aventurar uma vida melhor. Sonhava trabalhar numa fábrica, colocar meus filhos na escola, ter uma casa decente; veja no que deu: nem terra, nem emprego, nem casa. Hoje, para não morrer de fome, vivo nessa situação com minha família." (Catador, 42 anos)

Vale salientar que a grande maioria dessas famílias passou por várias etapas de migração desde o seu local de origem.

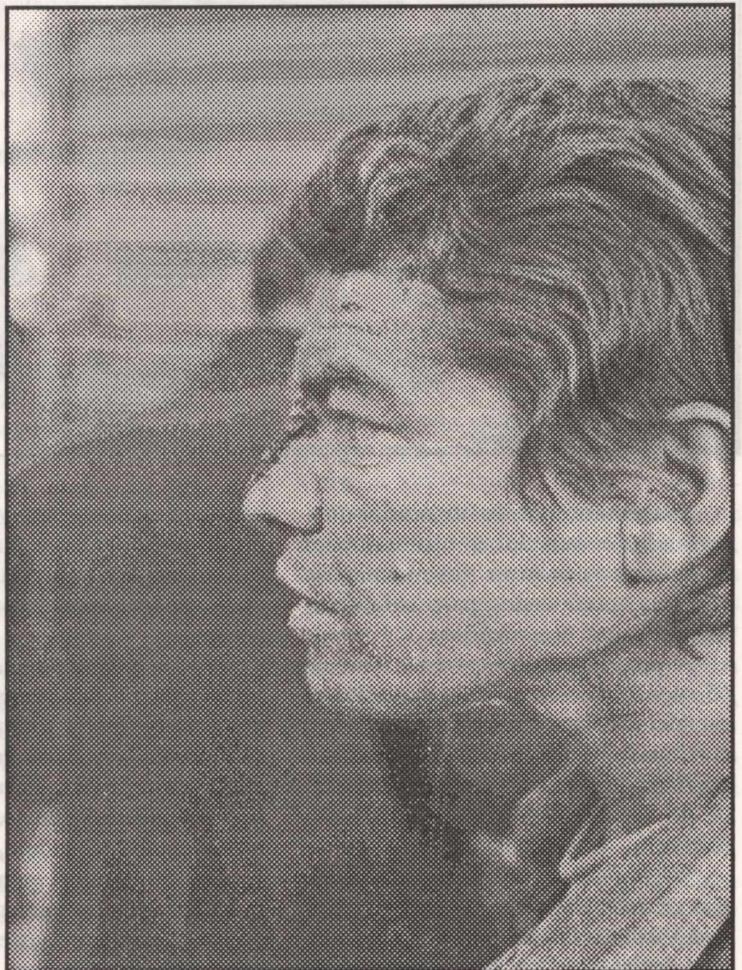


Foto: Alderon P. da Costa - CDCM

Dentre os catadores de lixo, 31% são crianças com idade inferior a 12 anos, que já participam do processo produtivo objetivando complementar a renda familiar.

*"Quando eu não estou catando ou separando lixo, estou na feira catando frutas e verduras que são jogadas no chão, pra gente comer."* (Catador, 10 anos)

*lixo pra ver se arranjo mais um dinheirinho. Vivo sem saúde, esse trabalho é pesado demais para mim por conta da coluna, quando não aguento mais a dor nas costas me sento um pedaço e depois continuo."* (Catador, 70 anos)

A mulher também marca sua presença no forno do lixão, como uma estratégia na obtenção de um melhor ganho. A grande maioria das mães leva

Os 20% restantes são trabalhadores assalariados (garis, serventes de pedreiro, vigilantes) que têm no lixo uma atividade complementar. Esse procedimento ocorre quando é necessário complementar a renda na tentativa de superar os limites da pobreza. Esta conjugação é uma das estratégias de reprodução da família.

*"Aqui ninguém pede documentos,*



Foto: Alderon P. da Costa - CDCM

Semelhante dado desnuda uma contradição quando comparado com os belíssimos projetos governamentais que são apresentados para solucionar os problemas dos menores.

A presença de idosos com mais de 65 anos é também um fato marcante na catação do lixo. Embora aposentados, continuam lá recolhendo lixo para sobreviver. Isso mostra também o descaso do Estado para com a população inativa.

*"O dinheiro que recebo do INSS, não dá nem pra pagar a bodega. Não tenho uma casa para morar, pago aluguel de um quarto, o jeito é me virar no*

os filhos menores para vigiar o resultado de seu trabalho e também carregar o lixo catado até a porta dos barracos onde vai ser separado para comercialização.

*"Fui abandonada pelo meu marido, fiquei com 5 filhos, todos de cobrir com um balaio. Tentei trabalhar em outro serviço melhor, como não tinha onde deixar as crianças, a única saída foi o lixo, porque aqui estamos todos juntos e trabalhando."* (Catadora, 28 anos)

Das 50 famílias entrevistadas, 80% trabalham exclusivamente na catação do lixo e afirmam "sustentar" economicamente a família com esta atividade.

*nem tem fila de inscrição, é só a gente comprar um "gancho" e entrar na luta. Apesar da miséria do lixo é melhor do que trabalhar ganhando salário mínimo nas fábricas. Aqui não estamos sujeitos a ninguém, não marcamos ponto e trabalhamos na hora que quiser."* (Catador, 35 anos)

O catador vê apenas essa vantagem em relação a uma parte do seu trabalho, ou seja, não tem horário fixo, nem patrão para regular a sua vida, no entanto, lhe passa despercebida a relação de subordinação e exploração a que está sujeito por parte das outras categorias também envolvidas na reci-

clagem do lixo como: o atravessador que vai comprar o lixo no próprio lixão, o dono das sucatas e a própria fábrica, que compra toda produção de lixo dos catadores. Logo, todos se apropriam do sobretabalho do catador.

Em relação ao tamanho das famílias observou-se que 50% delas têm em média de 6 a 7 membros, podendo ser consideradas famílias numerosas. O elevado número de moradores por domicílio afeta os níveis de vida do grupo familiar, tendo em vista que os custos de manutenção tendem a aumentar à medida que a família cresce. Daí a necessidade de mais participantes na catação de lixo como uma forma de garantir sua reprodução social.

### CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CATADORES DE LIXO

A catação de lixo é uma atividade que exige um grande esforço físico por parte dos catadores. Diariamente, no lixão, são despejados em média 30 caminhões de lixo, com um depósito mensal de 8 mil toneladas incluindo lixo domiciliar, industrial e hospitalar. À medida que o lixo é despejado, todos os catadores partem numa luta desenfreada à procura dos melhores "produtos"; os mais fortes e mais experientes sempre conseguem catar a melhor parte.

Os instrumentos de trabalho são os mais precários possíveis e são confeccionados pelos próprios catadores. Entre eles o mais importante é o "gancho" - trata-se de um pedaço de ferro com dentes bem afiados que serve para remover o lixo.

Dos poderes públicos não recebem a mínima assistência. Catam o lixo da maneira mais rudimentar, não usam luvas, quanto muito, usam sandálias japonesas, alguns utilizam sapatos e, esses são provenientes do lixo, a grande maioria cata lixo com os pés descalços.

*"A gente aqui se vira como pode. Se depender da Prefeitura, se morre aqui mesmo. Os políticos só lembra de nós quando quer voto."* (Catador, 38 anos)

A jornada de trabalho varia de 6 a 15 horas diárias. Os que moram no lixão trabalham de domingo-a-domingo; até ao sábado ficam na boca do lixo, e no domingo vão selecionar o material catado. Já os que moram fora do lixão, após a venda da produção retornam

para os bairros da periferia. Normalmente, para garantir a reprodução da família trabalham muitas vezes além das condições físicas, tendo em vista que catam lixo noite a dentro, pois o último caminhão chega ao local às 23 horas.

A catação de lixo é uma atividade "invisível" que não aparece nas estatísticas oficiais, porém, é necessária aos setores modernos de produção. A seleção feita pelos catadores dos produtos não orgânicos, serve para reduzir os custos das matérias-primas das indústrias que trabalham com material ferroso, plásticos, papelão, etc. Como essa atividade não é regulamentada, os catadores não têm nenhum vínculo empregatício, não gozam dos benefícios sociais que lhes caberiam por direito.

### A MORADIA E CONDIÇÕES DE VIDA DOS QUE VIVEM NO LIXÃO

O lixão, além de local de trabalho, é também local de moradia para a maioria dos catadores. Eles alegam e justificam sua permanência nessa área, por vários motivos: não possuem casa própria; não podem pagar aluguel; querem estar presentes no lixo quando chega cada carro de lixo; poder ocupar lugar privilegiado na hora do despejo; vigiar o resultado da produção tendo em vista que a mesma fica armazenada a céu aberto. Essas várias justificativas são formas de expressar como a instalação da moradia no próprio local de trabalho se explica pelo processo de catação do lixo e pelas dificuldades de acesso à moradia em outros locais da cidade.

Apenas 10% possuem casa própria, isso mesmo numa das áreas mais distantes do perímetro urbano, numa localidade chamada Catingueira, em terrenos que foram doados ou ocupados. Dentre os catadores, 30% pagam aluguel em vilas de quartos e cortiços, também localizados em bairros periféricos com precárias condições de infraestrutura. Os 60% restantes moram no próprio lixão onde é despejado todo lixo coletado na cidade, numa condição subumana em barracos confeccionados de madeira, papelão e sacos de plástico retirados do próprio lixo. Vale salientar que sua reprodução social

não é "garantida" apenas pelo dinheiro proveniente da comercialização do lixo, mas da grande parte dos alimentos provenientes do lixo dos supermercados e panificadoras, dos medicamentos e vestuário do lixo domiciliar e hospitalar.

*"Nós damos graças a Deus quando chega o lixo dos supermercados. Vem galeto já até mole, vem fruta podre e amassada, mas tudo serve. A mulher prepara a carne com muito limão e dá pra gente traçar. É só quando nós podemos comer uma garra de carne."* (Catador, 38 anos)

*"Nós comemos de tudo, a gente só quer saber se mata a fome. A barriga da gente não sabe se a comida foi do lixo ou da barraca de D. Maria."* (Catador, 15 anos)

Das 50 residências visitadas, constatou-se que: 5 casas são de alvenaria, 10 são de taipa, construídas fora do espaço do lixão e 35 são confeccionadas de papel, papelão, plástico e pedaços de madeira, estas localizadas no próprio terminal do lixão. Quanto à estrutura das moradias, 40% possuem piso cimentado e 60% são de chão batido. Geralmente, essas "casas" possuem no máximo dois cômodos, que são insuficientes para acomodar todos os membros da família, que em média são de 6 a 7 pessoas.

Quanto ao saneamento básico, 36% das casas visitadas possuem água e energia, as que estão fora do lixão e, 64% não desfrutam desses equipamentos básicos. Verificou-se que uma minoria, apenas tem uma torneira no canto da casa ou do quintal, de onde se retira com latas, a água de beber, cozinhar e tomar banho. Como os catadores que moram no lixão são totalmente desassistidos pelos poderes públicos, após uma série de reivindicações feitas à Prefeitura para que fosse solicitado junto à CAGEPA uma "pena d'água" (termo usado por uma catadora) para resolver o problema da comunidade, como nunca foram atendidos, quebraram um cano que leva água para o Distrito Industrial e de lá retiram água para suas necessidades.

Quanto às instalações sanitárias, essas são precárias. Em 80% das casas visitadas, os excrementos dos seus ocupantes são despejados em buracos cavados no fundo do quintal ou num



Foto: Alderon P. da Costa - CDCM

"sanitário" improvisado de lata ou de papelão. Apenas 20% possuem sanitários, os quais em qualidades bem rudimentares, as chamadas latrinas.

Essa caracterização habitacional dos catadores de lixo, reflete na paisagem social a condição de miséria de uma categoria de trabalhadores que reside num espaço de grande utilidade para o capital, onde é comum a convivência de homens, animais e lixo. É necessário investigar e analisar as extorsões que se dão com o rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores. Quanto menos da riqueza social for gasto para alimentar, vestir, cuidar da moradia e saúde dos trabalhadores, tanto maior será a parcela que sobrá dessa mesma riqueza e que entrará no circuito da acumulação do capital.

Em relação à questão da saúde no espaço do lixão os catadores são totalmente desassistidos. O lixão se constitui num dos mais importantes pólos irradiadores de insetos e bactérias, já que o lixo fica armazenado a céu aberto. Nessa área há proliferação de vários tipos de doenças. As mais frequentes

são: gripes e pneumonias resultantes da fumaça cheia de gases contaminados pela queima do lixo; doenças de pele (sarna e frieiras) verminose e problemas digestivos causados pela ingestão de alimentos do lixão. Outro dado importante ligado a esse aspecto é que o lixo hospitalar altamente contaminado também é depositado no mesmo local.

*"Do lixo do hospital eu aproveito todo remédio, roupa usada, pedaços de lençol, travesseiro e colchão. Do plástico do soro faço copos para usar na cozinha."* (Catadora, 28 anos)

Como no lixão não existe nenhum serviço de infra-estrutura, quando ocorrem acidentes ou problemas mais sérios de saúde, as pessoas procuram a assistência médica pública como também recorrem à 'medicina popular.

*"Quando o problema é muito grave, vamos ao hospital para a emergência, o médico olha pra gente, parece que sente até nojo, manda aplicar uma injeção e passa um remédio. Como a gente não tem dinheiro pra comprar, voltamos aqui pro lixão e metemos a cara nos*

*remédios do mato e nas rezadeiras."* (Catadora, 42 anos)

*"Eu trato meu povo é com remédio do mato, faço lambedor de saião e hortelã para os que estão com catarro; trato feridas com confrei; dor de barriga e vômito com marcela; sarna e frieira com melão de São Caetano. Vou lá perder tempo com médicos que não liga pra gente!"* (Catadora, 38 anos)

Esses depoimentos retratam com transparência como anda o atendimento médico-hospitalar às categorias que não têm acesso e nem condições de recorrer à medicina privada.

Essa é a realidade da população que vive no lixão, que sofre os efeitos da exploração capitalista e que tem sua reprodução subordinada à forma de como se organiza o espaço. Para esses trabalhadores, o lixo ao invés de ser visto como elemento imprestável, passa a ser fonte de renda e "garantia de sobrevivência".

\* Maria Zélia P. Fernandes é Professora e Coordenadora do Curso de Geografia da FELCS - Universidade Estadual da Paraíba

## I - INTRODUÇÃO

Com as sucessivas crises econômicas que assolam o país, cujo maior peso recai sobre os trabalhadores, as condições de moradia pioram de forma drástica. Caem os investimentos na construção civil, aumenta o desemprego, os salários são arrojados e as camadas assalariadas de menor poder aquisitivo são colocadas em situação de maior penúria, inclusive com relação à questão da moradia.

Numa situação de crise econômica agravada com forte inflação os aluguéis sofrem reajustes que inviabilizam a moradia digna para grande parcela de assalariados que perderam o emprego ou cujo salário não acompanha o ritmo dos reajustes.

O governo brasileiro descuidou-se, quase que por completo, do programa de construção de moradias populares, agravando-se dia-a-dia o crônico déficit habitacional. O dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, que é do trabalhador e deveria ser destinado em boa parte à construção de moradias populares, não foi adequadamente usado para esse fim. Houve desvios e desvirtuamento do programa de habitações populares. Os interesses das grandes empreiteiras passaram por cima dos interesses dos trabalhadores e as casas construídas em menor quantidade que o necessário são de baixa qualidade e de custo superestimado.

A falta de uma política habitacional adequada conduziu ao caos por todos conhecido e leva muitas famílias ao sofrimento. Não ter onde morar retrata a total ausência de cidadania. A perda do emprego conduz fatalmente à próxima perda: o teto.

E o migrante, aquele que já se vê forçado a sair de seu lugar de origem e partir para outro local, distante, desconhecido e sem garantias mínimas?

# A MORADIA PROVISÓRIA DO MIGRANTE SAZONAL

José Jorge Gebara\*



Vale do Jequitinhonha/MG

Foto: José Jorge Gebara

Com certeza as dificuldades com relação à moradia são fortemente agravadas.

Pretende-se aqui relatar e comentar, um pouco, sobre as condições de moradia do migrante sazonal do corte de cana na região de Ribeiro Preto-SP.

## II - CONDIÇÕES DE MORADIA

Em levantamento feito em 1986 e repetido no final de 1991 analisando as condições de vida do migrante sazonal na região de Ribeiro Preto, incluindo moradia, pode-se constatar que nada mudou (para melhor) nesse período.

Os migrantes do Vale do Jequitinhonha (MG) que se deslocam de sua região de origem para a região da cana a fim de trabalharem na colheita dessa cultura continuam morando em locais de péssimas condições. No levantamento realizado em 1986, 92% dos en-

trevistados disseram que suas condições de moradia na região de destino (região aonde vêm para o corte da cana) eram piores que as apresentadas na região de origem onde deixam sua família.

Nas entrevistas realizadas em fins de 1991, pode-se constatar o mesmo tipo de informação. Os migrantes continuam a morar nos mesmos locais ano a ano. O que se constata é a deterioração desses locais.

Significativa parte dos trabalhadores, que vêm temporariamente para complementar sua renda via assalariamento, se aloja na periferia das cidades em cortiços sem condições mínimas de conforto e higiene.

Essas acomodações são pequenos quartos em construções antigas, à semelhança das antigas colônias de fazendas, ou em casarões velhos subdivididos. Muitos não têm, ao me-

nos, janela para ventilação. O piso de tijolo ou cimento mal conservado, inviavelmente pouco asseado dado o pequeno espaço onde se colocam uma ou duas camas, as malas e o fogão. Mal se consegue locomover-se no ambiente.

Os moradores desses quartos são servidos por um ou dois banheiros (chuveiro e vaso sanitário) normalmente em péssimas condições de higiene. Em alguns casos as águas utilizadas correm em canaletas abertas no chão passando à frente dos alojamentos servindo para porcos e galinhas (do proprietário do alojamento) remecherem. Nestes tempos de cólera e dengue a situação fica ainda mais alarmante.

Os migrantes ficam alojados em número de um ou dois nestes pequenos quartos onde muitas vezes fazem a própria comida sem que haja instalações para água onde possam lavar utensílios, que acabam sendo lavados em latas ou bacias.

O corte de cana é trabalho árduo e penoso. Os trabalhadores voltam extremamente cansados e sujos de fuligem negra que se impregna em seus corpos e roupas melados pela cana

queimada. Ao chegarem em "casa" em grupos que vêm do mesmo local de trabalho, têm que esperar na "fila do banho". Aparentemente isso não é nada, mas a repetição desse episódio diariamente durante toda a safra diminui em muito a já baixa qualidade de vida dos trabalhadores. Além do banho, têm que lavar a própria roupa em locais improvisados.

Mesmo os casados que trazem a família para a região da cana - são poucos - encontram-se em situação igual ou pior que a dos que estão sem a família. Pior porque as condições de alojamento são as mesmas e estão juntos mulher e filhos.

Os que moram nos alojamentos nas propriedades agrícolas não têm condições muito melhores. Muitos barracões apresentam-se com precárias condições de habitabilidade. Há inclusive velhas baias para cavalos adaptadas aos migrantes.

Em algumas usinas, as condições materiais dos alojamentos até que não são tão precárias, mas há muita gente alojada no mesmo lugar com poucos banheiros e absolutamente isolados do

convívio de outras pessoas. Não têm chance nem de ir passear na praça da cidade, ir a um bar, ou à missa. Cortam cana o dia todo e só vêm cana ao seu redor, inclusive na hora do descanso. Moram no canavial. Saturam-se do canavial.

Na região de origem os migrantes moram nos sítios da família, retirados dos núcleos urbanos e de difícil acesso. As casas não têm energia elétrica nem água encanada. Existem poços e fossas negras. As casas são feitas de adobe (tijolo sem cozer), em sua maioria, e algumas não possuem piso ladrilhado ou de cimento e sim terra batida. No entanto são bem mais amplas e arejadas que os cubículos em que vivem na região canavieira. Fica claro que em Minas Gerais suas casas não apresentam as qualidades necessárias que viabilizem adequado conforto. Entretanto, da análise dos entrevistados, bem como da observação dos pesquisadores, pode-se concluir que mesmo assim a situação na região do corte de cana é bem pior.

Em Minas, além das casas serem mais amplas e arejadas, são bem lim-



Alojamento de migrantes/Jaboticabal - SP

Foto: Carlos Kipriz

Vale do Jequitinhonha/MG

Foto: José Jorge Gebara



No tema específico aqui tratado, percebe-se a falta da cidadania plena do trabalhador migrante. Mora mal. Vive mal. Aguarda ansioso o fim da safra para voltar para "sua terra". Voltar para sua casa, para sua família.

No caso dos trabalhadores que ficam alojados no interior das propriedades agrícolas, existe controle quase que absoluto sobre eles. Trabalham mais, começam mais cedo e terminam mais tarde. Muitas vezes não param nem nos domingos e feriados. Querem (precisam) produzir mais para ganhar mais e poder enviar dinheiro para a família em Minas.

Existe, também, outra forma de controle sobre os trabalhadores (inclusive migrantes sazonais) que moram nas cidades.

Os responsáveis pelas turmas de cortadores as montam arregimentando trabalhadores de diferentes bairros e locais de moradia. Dessa forma as turmas ficam heterogêneas quanto ao local de moradia, evitando maior entrosamento entre os trabalhadores fora do local de trabalho. Isso dificulta a discussão sobre as condições de trabalho e sobre o que reivindicar.

No barracão a fiscalização é intensa, na cidade a seleção por local de moradia evita a melhor organização dos trabalhadores. São mecanismos de controle diferentes e que atingem o mesmo objetivo: submeter o trabalhador, dificultando-lhe a obtenção da cidadania plena.

É grande o número de migrantes que não mais fazem o fluxo sazonal de idas e vindas, pois começam a permanecer, mal instalados, na região de destino, dada a precariedade de sua atividade econômica na região de origem. Mesmo assim, na concepção dos migrantes sazonais, a moradia aqui é apenas provisória. E por ser provisória e não terem o mínimo controle sobre ela, ficam morando mal. E o tempo tem mostrado que a moradia provisória está se tornando definitiva.

\* José J. Gebara é Professor do Departamento de Economia Rural da FCAV/UNESP/JABOTICABAL.

pas. Os poucos utensílios domésticos e móveis simples são bem conservados - inegavelmente há o toque feminino - e representam os pertences do lar, do local onde gostam de ficar; há o ânimo de ficar junto ao que lhes pertence e junto da família que muito representa para os migrantes forçados à peregrinação anual e sistemática.

Existe, também, o quintal amplo e bem cuidado onde se pode plantar algumas árvores frutíferas e horta, além de plantas ornamentais. Criam-se animais - porcos, galinhas - que ajudam no aumento da renda familiar e servem de reforço alimentar.

Por mais modestas que sejam as casas dos migrantes no Vale do Jequitinhonha (MG), sempre representarão algo muito melhor que os barracões encravados nos canaviais e que os cortiços na periferia das cidades.

Morar não é apenas um lugar para "se esconder", para fugir da chuva, do sol e descansar. Morar bem significa, inclusive, gostar do lugar, participar de realizações sociais: festas, orações, jogos, visitas, etc...

Em Minas Gerais, distribuídas nas proximidades de córregos em topografia difícil, as famílias formam comunidades. Há parentesco em diferentes graus e profusão de compadrio. As famílias se conhecem, visitam-se, reúnem-se aos domingos, e juntas

participam das feiras nas cidades nos finais de semana.

Na sua região de origem moram integrando-se, auxiliando-se, trocando serviço no roçado. Participam da vida comunitária, associando-se em entidades que conseguem montar uma casa de farinha onde moem a mandioca de sua produção, ou pequeno engenho onde produzem a rapadura.

Muito diferente, ocorre, na região de destino onde se assalariam. Morar significa apenas lugar de descanso da faina diária. Dividem-se os parentes e compadres. Uns vão morar nos barracões das usinas e mesmo os que ficam na periferia das cidades moram distantes uns dos outros - às vezes em bairros diferentes - afastando-se temporariamente do convívio dos conhecidos. Trabalham em locais diferentes, viajam em veículos diferentes e chegam de volta do trabalho em horários diferentes. O cansaço impede que após o banho e jantar, se visitem para conversar ou passear. O dia seguinte começa muito cedo e é preciso dormir e descansar para o novo dia de trabalho.

### III - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da moradia não pode ser considerada isolada do contexto sócio-econômico nacional. Morar com dignidade faz parte do direito à cidadania plena.

# Morar e Conviver

Alfredo José Gonçalves\*

**A**s reflexões que se seguem nasceram a partir de um trabalho pastoral junto a comunidades eclesiais da periferia de São Paulo, mais especificamente algumas favelas do Parque Santa Madalena, zona leste da cidade. Não se trata propriamente de um artigo, e sim de alguns comentários a respeito do conceito *morar*, relacionando-o à convivência numa população com elevado número de migrantes.

## Casa e Sobrevivência

Morar inclui pelo menos três componentes básicos: casa, vizinhança e rede de sobrevivência. Quando dizemos "casa", queremos entender o espaço físico, a base material da habitação. Em termos concretos, as paredes, o telhado, o piso - local onde se abriga a chamada família nuclear. Trata-se, em síntese, dos poucos metros quadrados onde se escondem - para utilizar uma expressão popular e de nenhuma forma destituída de sentido - um ou mais grupos familiares. Nesta denominação incluem-se ainda, se houver, horta, área de serviço, garagem, jardim. Posse ou propriedade legalizada, é em geral limitada por um muro ou uma cerca. Espaço que, muitas vezes, é designado como terreno ou terreninho, começando e terminando, muito precisamente, onde começa e termina o do vizinho.

"Vizinhança" é algo menos preciso que se estende para além do terreno. Em contraposição a casa, refere-se ao ambiente externo. Irradiando-se a partir do centro, amplia-se em raios desiguais de acordo com o relacionamento. Podemos imaginar um círculo de limites diferenciados, de acordo com maior ou menor grau de amizade interpessoal ou inter-familiar. A expressão *todo mundo aqui me conhece*, ou inversamente, *conheço todo mundo deste lugar*, refere-se a esse círculo. Ao redor e a partir da casa, ele abrange a rua,

a vila, o bairro. A rigor, não há contornos geográficos, seus limites são uma espécie de esfera relacional que dá conta dos laços familiares extensivos, tais como parentesco e compadrio. Dá conta, igualmente, do saber popular a respeito da saúde e da medicina caseira. E dá conta, finalmente, das relações que se criam para além da casa e que se ampliam de forma seletiva, criando no interior do círculo pontos de apoio para as mais variadas circunstâncias.

A vizinhança pode ainda crescer por influência da participação em movimentos reivindicatórios, em comunidades religiosas de diferentes credos, bem como nas organizações de base e nas lutas populares. Esta relação, entretanto, não é mecânica. Vizinhança e organização nem sempre se misturam com a facilidade que muitas vezes se espera. Chegam até a excluir-se, caso em que a primeira tende a funcionar como um escudo que serve de proteção frente a compromissos de exigências políticas.

Em poucas palavras, entende-se por vizinhança a base territorial que circunda a casa, estendendo-se seletivamente conforme a esfera de relações. Constitui um círculo de contornos irregulares, podendo sempre abrir-se a novos conhecimentos, ou fechar-se aos antigos. Este depoimento de um morador de favela caracteriza bem o conceito: *"Eu quase nunca estou em casa. De semana trabalho, e de fim-de-semana visito os amigos e conhecidos. Pra ficar em casa, só se for em caso de doença"*.

A "rede de sobrevivência", finalmente, inclui e pressupõe os dois conceitos acima. Refere-se basicamente às relações criadas com vistas à sobrevivência do grupo familiar. Tem por finalidade reforçar a renda mensal, diante dos baixos salários ou do desemprego. Excluem-se destas relações os empregos regulares, registrados em carteira.

Trata-se em geral de prestação de serviços de caráter remunerado, seja na construção e ampliação da casa; seja através de um comércio de sorve-

tes, doces, bijuterias, roupas, etc.; seja de conserto de eletrodomésticos; seja pela coleta de ferro, papelão e outros materiais aproveitáveis; seja, enfim, por aquilo que no jargão popular se designa como *bico*. Frequentes vezes esses serviços respondem por grande parte da renda familiar, quando não pela sustentação integral da família. Tais bicos, predominantemente, são atribuições das mulheres e das crianças, encontrando-se menores de idade responsáveis únicos pelo suprimento de toda a família. Contudo, em virtude do elevado nível de desemprego, cada vez mais os homens passam também a exercer esses trabalhos. Da relação entre casa, família e vizinhança depende, não poucas vezes, a rede de sobrevivência. Esta terá alicerces tanto mais sólidos quanto maior o conhecimento que se adquire na vila ou bairro.

Há inclusive casos em que a rede bem "lubrificada" rende melhores ganhos do que um emprego regular. Dependendo do grau de relacionamento que se estabelece entre a casa e a vizinhança, pode haver vantagem em permanecer desempregado. Em outras palavras, o "desemprego" pode constituir não apenas uma estratégia de sobrevivência, mas também uma forma de resistência à dominação entre patrão e empregado. É notável, por exemplo, o sonho do migrante nordestino em ser autônomo, como também, por outro lado, sua resistência ao relógio de ponto.

Casa, vizinhança e rede de sobrevivência - três componentes do *morar* - formam um todo dinâmico. Movendo-se numa extensa rede de informações e relacionamentos, de maior ou menor calor humano e social, sujeito sempre a ampliação e retraimento, a família se sente *em casa*. Neste caso, a palavra casa inclui todo esse *habitat* que é construído, reforçado e alinhavado por invisíveis fios de relações humanas. Trata-se de um processo que requer sacrifício, argúcia, muita esperteza e, por que não grande dose de sacanagem. Luta cotidiana, miúda e secreta, pela conquista de espaços e pessoas.

Um permanente equilibrar-se, precária e perigosamente, sobre a corda bamba da subsistência. Este esforço para cavar o pão de cada dia, às vezes literalmente o *de-comer*, exige enorme perspicácia e uma espécie de sabedoria que somente a carência prolongada é capaz de ensinar. Depende também da correlação que se puder estabelecer entre os três componentes acima.

Até mesmo os casos mais graves, que vivem pendurados na caridade dos vizinhos, na esmola ou na cesta da comunidade, têm sua possibilidade de sobrevivência em parte determinada por tal relação. Afinal de contas, o vizinho nem sempre está disposto a subtrair de sua compra mensal o tradicional "quilo da caridade", ou melhor, nem sempre pode fazê-lo sem comprometer a sua própria mesa.

A importância que adquire para a família cada um desses componentes está relacionada, por outro lado, com a renda familiar e o conseqüente nível de vida. Tentamos na seqüência ver isso mais de perto.

## Moradia e Nível de Vida

Se imaginarmos uma trajetória no sentido periferia-centro, na qual, ainda que de forma não linear, o nível de vida vai crescendo, poderemos constatar graus diferenciados de importância para cada um dos elementos acima. Assim, ao passo que um morador de favela, por exemplo, confere enorme relevância ao relacionamento com a vizinhança em detrimento da casa, o morador de uma habitação de alvenaria acentua vivamente a importância da casa, reduzindo a da vizinhança. Na medida em que nos aproximamos do centro - pensado em termos não tanto geográficos mas de poder aquisitivo - a casa vai se tornando cada vez mais relevante, enquanto que a vizinhança é deixada num segundo plano.

Uma moradia precária demais, miserável mesmo, como um barraco ou quarto de cortiço, tende a levar seus moradores a se fixarem nas relações *externas*, como forma de compensar ou até mesmo de fugir ao espaço exíguo e sórdido. Já uma mansão bem equipada, abstraindo-se aqui de outros fatores de ordem moral, humana ou psíquica, tende a fixar seus membros no espaço *interno*, por encontrarem aí, evidentemente, toda comodidade e

conforto de que necessitam. Verifica-se, assim, que a sociabilidade com os moradores imediatamente vizinhos pode aumentar ou diminuir de acordo com a renda familiar, com o padrão de vida e, conseqüentemente, com o tipo de casa. Cresce a sociabilidade imedia-



Foto Douglas Mansur

ta na medida em que decresce o nível de vida. Até porque em bairros abastados os componentes da família não necessitam sair à rua e bater de porta em porta para buscar diariamente a sobrevivência. Dispõem de outros meios. Quanto àqueles de nível médio, uma colocação estável no mercado de trabalho lhes dá a segurança necessária, sendo a casa um dos frutos desta estabilidade. Já o morador de periferia ou de favela, como também do centro pobre, instavelmente empregado ou desempregado, agarra-se de todos os modos à vizinhança como garantia de sobrevivência.

Nos bairros pobres, o círculo de vizinhança localiza-se numa zona bem mais imediata a casa. À medida que cresce o nível de vida, ele tende a se distanciar. Amplia-se a circunferência e as relações se tornam mais ralas. Assim, a vizinhança, essa esfera relacional, é relativamente *contínua* nas regiões pobres e bem mais *descontínua* nos bairros de classe média e alta. A explicação não é difícil: enquanto uns dispõem de dinheiro, carro e telefone para ampliar ao máximo o círculo de

vizinhança, a maioria tem apenas os pés e o transporte coletivo. Os primeiros podem se dar ao luxo de escolher os seus "vizinhos", ao passo que os outros têm que aprender a conviver com os que lhe são "vizinhos". Vê-se que a palavra vizinho pode ter diferentes co-

notações, significando aquele que mora ao lado ou aquele com quem se estabelece um relacionamento mais intenso.

Há portanto estreita relação entre moradia, nível de sociabilidade e padrão de vida. Relação que se torna mais evidente quando se trata de mudar. E sabemos como, sobretudo entre as camadas mais pobres, é frequente a migração dentro da própria cidade. Nestes casos de mudança fica mais claro o grau diferenciado de importância de cada um dos componentes do *morar*.

## O Dilema de Mudar

Em conversa recente, dizia um morador de favela: "*Adoro morar aqui. Por nada deste mundo eu deixaria este lugarzinho*". Logo em seguida, entretanto, perguntado sobre a possibilidade de obter financiamento para a compra de um lote urbanizado, respondeu sem vacilar: "*Esse é o meu sonho, o meu maior sonho. Desde que vim do Paraná para São Paulo, vivo sonhando com a casa própria. Se Deus quiser, um dia a gente consegue*".

Distingue-se nitidamente duas coisas: quando afirma que não quer deixar o seu *lugarzinho*, está se referindo ao círculo de vizinhança e à rede de sobrevivência (o morador em questão, além de trabalhar como lavador numa firma do Ipiranga, comercializa madeira usada no terreno de seu barraco); já quando insiste e sublinha o sonho da *casa própria*, refere-se claramente a casa, base material da residência. Daí que a administração pública vem encontrando sérias dificuldades para a remoção de barracos em risco na beira dos córregos e encostas dos morros. Nem a promessa de em pouco tempo adquirir casa de alvenaria consegue convencer os favelados.

O problema está justamente na transferência de uma localidade para outra. É mais vantajoso permanecer na favela mantendo intocável a esfera de relacionamentos, do que, mesmo conquistando o sonho da casa própria, ter de romper com a vizinhança e recomeçar do ponto zero toda rede de sobrevivência. Esta adquire maior peso do que a casa. Coisa que dificilmente se verificaria com gente de classe média e alta. Mudar de lugar, para o pobre, torna-se mais dramático do que mudar de casa. A razão é simples: na vizinhança reside a segurança de seu futuro. O mesmo se comprova se atentarmos para a quantidade de vezes que um favelado, por exemplo, costuma transferir-se de barraco, desde que, e somente desde que permaneça na mesma favela, ou pelo menos no mesmo bairro. Chega ao ponto de, vendendo e comprando seguidamente o próprio barraco, fazer desse comércio um meio de vida.

Para aquele que vive de "bico" ou da caridade dos vizinhos, importa menos trocar de casa do que trocar de vizinhança. Enquanto, no primeiro caso, é relativamente fácil arrumar outro "barraco para se esconder", no segundo, é muito difícil e demorado recriar toda a rede de convivência. Isto porque "*vizinhança é assim: ou você tá de bem com ela, ou você tá perdido*" - dizia ainda há pouco outro morador. Para quem depende de um suprimento que reforce o baixo salário ou para quem depende unicamente desse reforço, o isolamento dos vizinhos pode ser fatal.

Em tempos de catástrofes - enchentes, por exemplo - é comum verificar-se o mesmo. Muitas vezes as famílias atin-

gidas, tendo sido removidas e assentadas em locais mais seguros, acabam desfazendo-se com certa facilidade do seu novo barraco e retornando ao lugar de origem, mesmo em condições bem mais precárias. Claro, em primeiríssimo lugar está em jogo a sobrevivência. E esta depende da relação com os vizinhos. Renuncia-se a um lugar mais estável de moradia, porque é preciso salvar intacta a rede de sobrevivência. Sem a casa, ainda se consegue "empurrar com a barriga". Mas sem uma boa convivência, a miséria e a fome podem bater à porta a qualquer momento.

Tem mais valor para o pobre o círculo de suas relações do que o terreno onde provisoriamente ergueu sua tenda. Alguém de poder aquisitivo mais elevado se surpreenderá com isso. Para este, na hora de mudar-se, a qualidade da casa tem peso decisivo. Escolhe-se o bairro pela qualidade da nova moradia. O carro e o telefone podem facilmente cobrir as distâncias que a mudança acarretou. E a surpresa será tanto maior quanto mais elevado o padrão de vida, uma vez que nesse caso, com relativa frequência, casa e vizinhança não coincidem geograficamente. Pode-se fixar residência numa localidade e construir em outra as relações de vizinhança. A locomoção, que para o pobre é um problema, aqui é irrelevante. No caso dos setores populares, é absolutamente imprescindível que as duas coisas coincidam, se possível na mesma favela ou bairro. Não se pode depender do transporte coletivo para a criação e manutenção dessa rede. Já basta ter que fazer isso diariamente no deslocamento ao trabalho.

## Concluindo

Moradia, em seus três componentes, constitui um conceito unitário e indivisível. Mais do que fixar-se em determinado local, morar significa sobreviver humana, social e psicologicamente. Numa palavra, é *viver*. Daí a extrema importância da rede de saúde, por exemplo. Especialmente entre as camadas mais pobres da população, essa rede adquire acentuado valor. De entre todos os relacionamentos efetuados, mantidos e reforçados, é sem dúvida esse "saber que cura" aquele que ganha maior importância. Estando os sistemas de saúde fora do alcance

dessas camadas - tanto o público quanto o privado - apela-se com unhas e dentes para o "benzimento" e a sabedoria popular que está por trás dele.

Em síntese, no processo migratório pode tornar-se extremamente mais difícil desfazer-se dos amigos, dos compadres, dos conhecidos, dos parentes - toda a gama de relações inter-pessoais e inter-grupais - do que perder a terra ou a casa. Terra e casa, "com a ajuda de Deus e dos amigos, a gente consegue", enquanto que começar ou recomeçar uma rede de vizinhança é um processo trabalhoso. Custa muita "saliva" e muito sacrifício.

Não é sem razão que uma das preocupações dos migrantes na cidade grande, e não a última, é refazer os laços familiares de origem. Através de várias etapas migratórias e da vinda progressiva dos componentes, procura-se recompor o parentesco da região de origem. Nas favelas e bairros pobres, é comum encontrar-se grupos inteiros não só de uma mesma família, o que seria bem compreensível, mas também de uma mesma cidade.

Trata-se de transplantar a vizinhança, complementando a moradia provisoriamente quebrada pela migração. Juntamente com a conquista de uma nova casa (no bairro, na favela ou no cortiço), recompõe-se a unidade desfeita. Enquanto não se consegue isso, a carta substitui o contato pessoal no reforçamento da rede de vizinhança.

Ao cair no anonimato da cidade grande, os migrantes têm necessidade de manter essa rede na luta pela sobrevivência. Através de idas e vindas sucessivas, vão desfazendo e refazendo os fios invisíveis da rede, não descansando enquanto "toda a parentada não estiver novamente reunida". Muitos núcleos da periferia de São Paulo - e seguramente de outras cidades grandes - têm sua origem nesse esforço dos migrantes para alinhavar os laços rompidos.

Assim, o círculo de convivência tem contornos permanentemente móveis, alargando-se e estreitando-se de acordo, também, com os caminhos e descaminhos da migração.

• Alfredo J. Gonçalves é sacerdote, Diretor do Centro de Estudos Migratórios e Secretário Executivo do Serviço Pastoral dos Migrantes.

# A LUTA PELO DIREITO DE MORAR

Fermino Fechio\* Erminia Maricato\*\*

Foto: Alderon P. da Costa - CDCM



**S**e em 1940 havia cerca de 13 milhões de brasileiros vivendo em cidades, o Censo Demográfico de 1980 já acusava a existência de mais de 82 milhões de habitantes urbanos, concentrados, sobretudo, nas capitais dos Estados, nos grandes centros e nas regiões metropolitanas.

Enquanto a população brasileira triplicava nesse período, a população urbana do país crescia em seis vezes: de 31% do total, passou para 68%. A população rural declinou de quase 69%, em 1940, para 32%, em 1980.

Nessas últimas décadas, as nossas cidades foram literalmente invadidas por grandes contingentes populacionais. A Região Metropolitana de São

Paulo, por exemplo, pulou de aproximadamente 1.500.000 habitantes, em 1940, para 17.500.000, em 1990, população superior a de muitos países europeus e latino-americanos. As outras metrópoles brasileiras apresentaram, também, em menor escala, crescimento urbano excepcional.

Durante a década de 70, 31% da população brasileira se deslocou de seu local de moradia e trabalho. Nos anos 80, essa população aumentou para 33,6%, perfazendo um total de 40 milhões de pessoas, aproximadamente, que mudaram de Município ou Estado.

As causas da explosão urbana são frequentemente atribuídas à modernização de nossa agricultura e ao fluxo

migratório desordenado e intenso, que só nos anos 70, despejou 11 milhões de pessoas em nove áreas metropolitanas do país, das quais 2,7 milhões só na Região Metropolitana de São Paulo.

É certo, porém, que outros fatores, bem mais eficazes, atuam há muito tempo, como verdadeiros mecanismos de expulsão de trabalhadores rurais, posseiros e pequenos proprietários, do campo para a cidade.

Com o golpe de 64, sobreveio uma repressão brutal contra as lideranças das ligas camponesas e sindicatos rurais, ao mesmo tempo em que o governo promulgava o Estatuto da Terra, com o intuito de desmobilizar os movimentos reivindicatórios de reforma agrária.

Com a criação da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e do Banco da Amazônia, implantou-se a nefasta política dos incentivos fiscais que, além de um grande desperdício de recursos públicos, desencadeou um processo intensivo de grilagem de terras, concentração fundiária, despejos violentos, subornos, crimes e assassinatos. Há uma lista enorme de trabalhadores rurais, índios, posseiros, líderes sindicais e de seus aliados e defensores, brutalmente assassinados por jagunços, pistoleiros, policiais, fazendeiros e grileiros.

Essa violência, infelizmente, recrudescer na chamada "Nova República" e persiste até os dias de hoje, quando ainda se constata, inclusive, a existência de trabalho escravo no interior do país.

Esses fatos ajudam a entender o crescimento vetiginoso da população urbana e o conseqüente agravamento das condições de vida nas cidades brasileiras, compondo um quadro terrível de exclusão e segregação da população nesses espaços urbanos.

## A ORGANIZAÇÃO POPULAR

Não é de estranhar, portanto, que nesse quadro dramático, de tantas carências sociais (habitação, saúde, transporte, educação...) nascessem e proliferassem os chamados movimentos populares urbanos, formando uma extensa rede de reuniões e assembleias no cinturão pobre das grandes cidades brasileiras, decodificando as causas da miséria coletiva e do abandono desses bairros para, num segundo momento, exigir do Estado o atendimento de suas necessidades comuns, o respeito aos direitos coletivos e o reconhecimento da condição de cidadãos.

Interessante destacar a profunda autonomia que esses movimentos apresentam, em sua origem, em relação ao espaço institucional, ressalvada, apenas, a presença importante da igreja católica. Mesmo nos bairros onde não se podia contar com o espaço físico da igreja, os edifícios do poder público não eram identificados como locais apropriados para as reuniões que, nesse caso, se realizavam em residências diminutas ou ao ar livre. O edifício público era visto como área estranha ao universo de identidade popular.

Como esses movimentos se formaram contra o Estado, como bem assinala Chico de Oliveira, o selo do Estado era a marca que conferia ao equipamento público um estatuto estranho.

O movimento operário e camponês, no Brasil, tem a referência de marcos institucionais na legislação sindical, mas os movimentos urbanos são profundamente marcados pela diversidade de reivindicações, de formas de organização e de estratégias de ação. Talvez por isso, os primeiros avançaram mais ao nível de sua organização política nacional do que os movimentos urbanos, cuja unidade estrutural ainda carece de maturidade, o que pode ser comprovado na consolidada plataforma de Reforma Agrária em relação aos pontos ainda em discussão, da Reforma Urbana.

Mas é inegável a contribuição decisiva desses movimentos para o avanço político das forças de esquerda, no Brasil, nos últimos 15 anos. De 1975 a 1990, o cenário político brasileiro passou da vigência de ditadura militar para a abertura democrática, assumindo uma configuração onde estão presentes um novo partido de esquerda, com forte composição popular massiva, o Partido dos Trabalhadores, e três centrais operárias, entre as quais se destaca a Central Única dos Trabalhadores, oriunda de uma entidade, a ANAMPOS-Associação Nacional dos Movimentos Populares - que incluía, em seu início movimentos populares e movimentos sindicais na mesma plenária.

Muitos são os problemas urbanos que atingem os trabalhadores em seu cotidiano: condições e custo dos transportes, falta de saneamento básico e conseqüentes epidemias, enchentes, desmoronamentos, etc. Nenhum desses problemas, entretanto, gera a mobilização e a organização que alcançou o movimento de moradia, em que pese ainda a falta de maturidade de uma proposta global de Reforma Urbana.

As lutas pioneiras pela regularização dos loteamentos clandestinos, pelas melhorias coletivas nas favelas, ou à luta dos mutuários do SFH que alcançou repercussão nacional, seguiram-se, nos anos 80, movimentos em todo o país por ocupações de terras vazias. A este movimento, ora organizado, ora quase espontâneo, o Estado

respondeu ou com repressão (em 1987, Adão da Silva foi morto pela polícia militar quando participava de acampamento dos Sem-Terra na zona leste de São Paulo), ou com passividade ou até com complacência, regularizando e urbanizando (as duas atitudes aconteceram em Salvador, Fortaleza e Manaus, por exemplo), talvez em função de divididos eleitorais.

Foi na esteira desses movimentos ligados à conquista da terra que foram formadas importantes entidades populares, como a ANSUR, Articulação Nacional do Solo Urbano e a União dos Movimentos de Moradia, que vieram juntar-se ao MDF-Movimento de Defesa do Favelado (de âmbito nacional), ao MUF-Movimento Unificado de Favelas (âmbito São Paulo e regiões próximas) e FAFERJ (federação de Associações de Favelas do Rio de Janeiro).

A ANSUR foi criada em 1984, com a ajuda da CPT-Comissão Pastoral da Terra, com a finalidade de articular assessorias e lideranças dos movimentos que lutavam pela terra urbana. A ANSUR reuniu lideranças das entidades regionais ou locais que em todo o Brasil buscavam unificar os movimentos urbanos como por exemplo: CBB-Comissão de Bairros de Belém, FAMERJ- Federação de Associações de Moradores do Rio de Janeiro, AUAMPA e FRACAB respectivamente União das Associações de Moradores dos Municípios de Porto Alegre e Federação Riograndense de Centros Comunitários e Associações de Bairro, entre outras.

Teve destaque a ação da ANSUR na tramitação da emenda constitucional de iniciativa popular de Reforma Urbana, apresentada também com outras entidades populares e profissionais à constituinte nacional em 1987 e subscrita por 160.000 eleitores de todo o país.

Em 1990, as entidades que se reuniam em torno da ANSUR criaram o Movimento Nacional pela Luta da Moradia, em encontro nacional, na cidade de Goiânia.

A União dos Movimentos de Moradia teve origem nos bairros da Zona Leste de São Paulo e se expandiu regionalmente e nacionalmente mantendo uma linha de entidade de massa.

Foram os mutirões de moradia desenvolvidos no Uruguai a fonte inspiradora de um importante salto de qualidade nas propostas elaboradas pelos movimentos de São Paulo (inicialmente na região sul de São Paulo e depois pela União) e que por sua vez inspiraram o programa Funaps Comunitário da gestão petista da Prefeitura de São Paulo.

A União dos Movimentos de Moradia teve a iniciativa de chamar a primeira caravana rumo ao governo federal em 1988, para reivindicar recursos para financiamento à moradia. Esta caravana contou com 8 ônibus que partiram de São Paulo (7) e Pernambuco (1). Em 1989 uma caravana reuniu 20 ônibus (mais de 1.000 pessoas) e em 1990 a terceira caravana levou aproximadamente 40 ônibus lotados de manifestantes a Brasília.

Mas a iniciativa popular mais importante e a proposta mais avançada dos movimentos de moradia foi sem dúvida o projeto do Fundo Nacional de Moradia Popular, levado ao Congresso Nacional em 1991, na 4ª Caravana, por 4.000 militantes dos movimentos de moradia de todo o Brasil, que lotaram 52 ônibus.

O projeto foi subscrito por mais de 800.000 pessoas e seu conteúdo busca assegurar recursos financeiros administrados democraticamente para a produção ou melhorias de moradias com participação popular.

Este projeto de lei conseguiu reunir, não sem dificuldades, os principais movimentos de moradia e de luta pela Reforma Urbana de todo o país.

No bojo da discussão da emenda constitucional de iniciativa popular de Reforma Urbana, foi criado o Fórum Nacional de Reforma Urbana, em 1988, com entidade nacionais e regionais de todo o país, contando com participação expressiva da universidade. Foi elaborada pelo Fórum uma Carta de Princípios de Reforma Urbana (1989), um substitutivo do Projeto de Lei de Desenvolvimento Urbano, apresentado no Congresso Nacional pela deputada federal Lurdinha Savignon (1990). Durante a elaboração do Projeto de Lei do Fundo Nacional de Moradia, o Fórum ganha novo fôlego e se rearticula em torno da questão ambiental, visando interferir na reunião paralela das ONGs por ocasião da

ECO-92. Participam do Fórum Nacional da Reforma Urbana as seguintes entidades: FASE, POLIS, FNA, FNE, AGB, ANSUR, SERJ, CONAM, PR-CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES, MOVIMENTO NACIONAL PELA LUTA DA MORADIA, UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA, CONSENTE, IBAM, FAMERJ, IBASE, CDDH, CNS e CUT.

## OS MOVIMENTOS DE MORADIA EM SÃO PAULO

São Paulo tem aproximadamente 800 mil pessoas morando em favelas e 3 milhões morando em cortiços, além de mais de 2,4 milhões em habitações precárias, em loteamentos irregulares, quase sem nenhuma infra-estrutura urbana.

É facilmente compreensível, pois, que a luta pela moradia popular, na cidade, adquirisse a importância que teve ao longo desse processo intenso de expansão urbana que São Paulo viveu nas últimas décadas. Os direitos dos moradores de aluguel, e o acesso ao lote de terreno, a garantia da terra, as ocupações, o acesso à habitação, a regularização do loteamento, a urbanização das favelas, a disputa por uma vaga em prédios da COHAB, os mutirões, a auto-construção, foram todos eixos de organização popular, com um mesmo pano-de-fundo: a solução do problema de moradia.

## LOTEAMENTOS CLANDESTINOS

Esse movimento, surgido na Zona Sul de São Paulo, em meados dos anos 70, com o objetivo de regularizar a situação jurídica dos loteamentos junto à Prefeitura e aos Cartórios de Registro de Imóveis e assegurar a obtenção das escrituras pelos moradores, rapidamente ganhou notoriedade e espalhou-se por toda a cidade. Todas as edificações nesses loteamentos eram também irregulares, sujeitando os moradores a multas e penalizações.

A Prefeitura foi obrigada a rever suas rotinas administrativas e criar mecanismos especiais de regularização desses terrenos. Em nível federal foi promulgada uma nova lei para disciplinar os parcelamentos do solo e coibir

a ação dos loteadores e imobiliárias inscrupulosos, a Lei 6766, de 19.12.1979.

Reconhecendo a importância histórica que o movimento teve no desenvolvimento das lutas pelo acesso, posse e propriedade da terra, Maria da Glória Gohn, no seu livro "Movimentos Sociais e luta pela moradia" (Edições Loyola, São Paulo, 1991) assinala que "ele foi o estopim de uma crise que revelou as condições de habitação e sobrevivência de grande parcela das classes populares".

Hoje em dia, com a regularização da maior parte dos loteamentos envolvidos, o Movimento praticamente desapareceu em São Paulo, sobrevivendo apenas nos bairros pendentes de solução, como reivindicação localizada.

## FAVELAS

É histórica, também, a luta de resistência da população favelada para assegurar a posse precária de terrenos ocupados, convivendo com a ameaça sempre presente do despejo que, na maioria dos casos, acabava se consumando.

Com a proliferação e o inchaço das favelas, cresceu também a necessidade de organização. No início, eram reivindicações por água e luz. Logo, porém, percebeu-se que o fundamental era o lugar para permanecer na terra.

MDF e MUF são siglas rapidamente identificadas pelos favelados.

O Movimento de Defesa do Favelado-MDF foi o pioneiro (1978), e nasceu em meio às bases da igreja católica, fortemente apoiado pela Frente Nacional do Trabalho, atuando não só na capital, mas também no ABC e outras cidades, contra os despejos e remoções de favelas.

O MUF-Movimento Unificado de Favelas surgiu já no início dos anos 80, em torno das bandeiras de taxa mínima de água e luz, financiamento de materiais de construção e uma proposta inovadora e criativa - a concessão de direito real de uso - que, posteriormente correu todo o país, teve acolhida na Assembléia Nacional Constituinte e foi inserida no texto constitucional de 88. Com a concessão, em outras palavras, os favelados reivindicavam apenas a posse coletiva dos terrenos públicos ocupados (a propriedade continuaria



com a Prefeitura), pelo prazo de 90 anos, gratuitamente.

A idéia fora apresentada pela primeira vez em 1978, na igreja da Cidade Dutra, zona sul da cidade, numa assembléia de favelados ameaçados de despejo pela Prefeitura, como alternativa à proposta de compra dos terrenos.

Comprar como, se ninguém tinha renda alguma? A concessão resolvia esse impasse: podia ser gratuita.

A proposta, novidade absoluta, demorou para ser assimilada pelos favelados (a idéia de comprar, de virar proprietário, culturalmente é muito forte entre os brasileiros), mas continuou sendo discutida, para ser retomada pelo MUF, em 83, com muito mais força.

O Projeto de Lei foi apresentado à Câmara, durante o governo Mário Covas, mas não prosperou, devido a forte reação do governo municipal à idéia da concessão. A proposta vingou, no entanto, em municípios vizinhos, como Diadema, por exemplo, que logo aprovou projeto semelhante, longamente discutido com os favelados.

No governo Luiza Erundina o projeto foi reapresentado à Câmara, onde passou por modificações eliminando a proposta da concessão e abraçando a proposta de compra e venda trazida por outros movimentos e partidos como forma de buscar sua aprovação. Mesmo assim, até agora (maio/92), nada foi aprovado.

Enquanto isso, o Movimento tem batalhado pela urbanização das favelas - construção de muros de arrimo, rede de esgotos, canalização dos córregos, reorganização das vias de circulação, etc. Em alguns casos, a Prefeitura fornece o material e o projeto e a população, a mão-de-obra. Em outros, as obras são realizadas por empreiteiras. Em ambos os casos, porém, o projeto físico tem que obter o concordância dos moradores.

## CORTIÇOS

Apesar do grande contingente de pessoas que moram em cortiços, em São Paulo, sempre foi muito débil sua organização. Os poucos núcleos mobilizados pegaram carona no MUF, aliando-se aos favelados. Recentemente (1991), formaram uma nova entida-

de, a ULC- União das Lutas dos Cortiços, que tem articulado moradores das regiões Sé, Sudeste e Leste da cidade.

Junto ao Governo Municipal tem trabalhado na forma de convênios, viabilizando financiamentos para aquisição e reforma dos antigos casarões, para dotá-los de condições de habitabilidade.

## MUTIRÕES

O movimento de moradia, em São Paulo, desde o final dos anos 80, vive uma outra etapa bastante diferente daquela em que a preocupação principal se traduzia em reivindicações por água e luz, regularização fundiária e garantia da posse da terra.

O momento, agora, é o de participação nas decisões e controle da produção de unidades habitacionais, o que tem feito proliferar um grande número de associações de moradores para resolver o problema de moradia de um grupo, através de mutirões comunitários, em sistema de co-gestão entre essas associações e o poder público.

A autoconstrução sempre foi prática corrente nas cidades brasileiras,



Foto: Arquivo - CEM

como forma alternativa para a população de baixa renda, tradicionalmente excluída dos programas habitacionais oficiais, resolver seu problema de moradia.

A cidade assistiu, na última década, a uma grande onda de ocupações coletivas de terrenos ociosos na periferia. Da reação inicial de recorrer ao despejo dos ocupantes, até com certa violência, na maioria dos casos o Poder Público evoluiu, posteriormente, para uma atitude de negociação. Garantiu assim a permanência de alguns grupos nas áreas ocupadas, motivou desapropriações de área litigiosas, financiou materiais necessários e favoreceu a construção de moradias pelo sistema de mutirões. A participação do povo, entretanto, se limitava ao fornecimento da mão-de-obra.

Com o avanço da organização popular, as Associações conseguiram participar das decisões arquitetônicas dos projetos, estabelecer o processo de trabalho a ser empregado e acompanhar os aspectos financeiros da obra.

Assim, na atual Administração Municipal, a Prefeitura faz convênio com a Associação dos Moradores para o repasse de recursos financeiros para a construção de um projeto apresentado e previamente aprovado por eles.

A gestão dos recursos e a construção é feita pela Associação, que recebe o financiamento parceladamente, a cada etapa da obra concluída. O financiamento permite pagar assistência técnica (em geral, arquitetos e engenheiros militantes, da confiança dos moradores) e uma porcentagem da mão-de-obra, sendo a maior parte desta fornecida pelos futuros moradores, segundo regras estabelecidas por eles mesmos na divisão do trabalho.

Com isso, o custo das moradias, a qualidade da obra e a produtividade têm sido excepcionais, com notável economia de mão-de-obra, no seu gerenciamento, nas compras de material, feitas pela própria Associação, e na ausência de desperdícios no canteiro da construção.

Esses conjuntos habitacionais construídos por autogestão têm apresentado inúmeras vantagens de custo, qualidade do produto e produtividade sobre os conjuntos construídos por empresários contratados pelo governo.

Essas experiências ensejaram a criação, em São Paulo, do Conselho Municipal de Habitação Popular, para acompanhar e fiscalizar a política habitacional do Município. Esse Conselho, cujo estatuto foi discutido por 80

entidades civis, tem seus membros escolhidos por voto secreto. O projeto de lei encontra-se na Câmara Municipal de São Paulo.

## CONCLUSÃO

A trajetória descrita mostra o avanço dos movimentos de moradia rumo à mudança de leis que impedem o atendimento às suas reivindicações ou a criação de outras com a mesma finalidade. Os embates com o legislativo estão em seu início e já revelam as dificuldades que os movimentos deverão superar para assegurar vitórias em relação à regularização da posse da terra aos favelados, em relação ao Conselho Popular de Habitação, em relação ao Fundo Nacional de Moradia Popular, entre outros. Apesar das dificuldades, o caminho para a Reforma Urbana está sendo aberto, sem dúvida, através das lutas cotidianas pelo direito de morar.

\* **Fermino Fecho** é advogado, assessor dos Movimentos Populares de Moradia, vereador pela bancada do PT na Câmara Municipal de SP e de 89 a 92 foi Secretário Municipal da Administração.

\*\* **Erminia Maricato** é arquiteta e secretária da Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo.

# A propósito de histórias de vida, uma estória

Heloisa Helena T. de Souza Martins

Foi com enorme satisfação que aceitei escrever a apresentação do livro *Histórias de Migrantes* organizado por Marilda Aparecida de Menezes e publicado pelo Centro de Estudos Migratórios através das Edições Loyola neste ano de 1992. Mas, ao ler a publicação constatei que o meu texto fôra alterado em vários trechos, prejudicando e modificando o sentido do que eu escrevera.

É preciso reconhecer que se algumas das mudanças corrigem e melhoram o vernáculo, outras comprometem o texto pois cada palavra usada por mim tem significado dentro da orientação teórico-metodológica seguida. Aproveito a oportunidade oferecida por *Travessia* e faço as principais correções, explicando-as em notas de rodapé.

As Ciências Sociais têm escrito muito a respeito da história de vida, especialmente nestes últimos anos, em que se procedeu à reavaliação de seu uso na pesquisa. Ora destacando suas vantagens, ora apontando seus defeitos, mas sempre acentuando que se trata de uma técnica de investigação que se caracteriza pela amplitude e pela profundidade. Diferentemente da Psicologia, com o seu interesse por compreender o desenvolvimento da personalidade, a Sociologia interessa-se pela história de vida na medida em que ela possibilita o conhecimento do meio social em que vive o indivíduo. Para isso, o pesquisador investe muito tempo em entrevistas com o informante, procurando recuperar através de sua história de vida, a história da sociedade, o seu funcionamento, as transformações ocorridas ao longo do tempo e como isso se reflete na vida das pessoas. Trata-se, como se vê, de uma técnica que exige muito, tanto do pesquisador, quanto do informante. Principalmente, que requer o estabelecimento de uma relação entre eles, baseada na confiança e no respeito, na identidade e na identificação; marcada pela subjetividade e pela certeza de que a partir dela, pesquisador e informante, não serão mais os mesmos.

Creio que a equipe de trabalho do CEM - Centro de Estudos Migratórios tinha tudo isso em mente quando se dispôs a realizar um trabalho com histórias de vida. Mas, o objetivo maior, o de permitir que a história do migrante fosse contada por ele mesmo, com a sua própria "voz", justificava a superação de todas as dificuldades. O produto do trabalho é agora apresentado neste livro. Marilda Menezes afirma, com razão, no apêndice de sua autoria, que não se trata propriamente de histórias de vida. Pelo menos, não no sentido clássico em que a técnica foi utilizada na Sociologia e na Antropologia. Não temos aqui relatos como os publicados por Oscar Lewis, em seus estudos sobre a "cultura da pobre-

za" dos trabalhadores urbanos e rurais do México, que lhe exigiram mais de vinte anos de acompanhamento da vida desses informantes. Apesar de sua riqueza e beleza, as histórias das vidas de "Pedro Martinez", de "Os Filhos de Sanchez", receberam críticas da comunidade acadêmica, que não percebia a importância científica de tais publicações. Afinal, o reconhecido mérito "literário" desses trabalhos podia comprometer a objetividade e a seriedade que devem caracterizar a obra científica. Além do mais, não continham nenhum tipo de interpretação, consistindo em mera transcrição de histórias de vida, narradas em primeira pessoa, o que, para os seus críticos, as tornava inúteis para o avanço do conhecimento científico.

Evidentemente, a equipe que realizou este trabalho não tinha a mesma pretensão de Oscar Lewis. Os depoimentos aqui reunidos, com as limitações e as dificuldades já apontados, constituem, entretanto, um importante instrumento para apreender o sentido humano, para uma "história vinda de baixo", que nos permite compreender a dimensão existencial que se manifesta na luta pela terra no Brasil.

Através desses relatos podemos vislumbrar as condições objetivas que definem a existência dos migrantes, que as revelam nas vicissitudes de suas biografias(1). Biografias tão diferentes e ao mesmo tempo tão semelhantes. A mesma trajetória de pobreza, amargura, luta e esperança. E principalmente o mesmo sonho de um "pedacinho de chão" onde pudessem construir sua casa e de onde pudessem tirar o seu sustento.

Já dizia o sociólogo italiano F. Ferrarotti que as biografias são os instrumentos mais fecundos para apanhar, identificar e compreender as novas formas assumidas pela exploração em nossa época(2). É justamente isso que as narrativas das vidas desses "pobres do campo" nos revelam. Nesta época, em que o desenvolvimento tecnológico alterou o rosto e o sentido da pobreza, todos os que não se adaptam psicologicamente às novas exigências postas pelo capital, aparecem como homens acabados, isolados e excluídos.

Obrigados a vagar, sem ponto nem pouso, impulsionados por sabe-se lá que força - como o Sr. João Poltronieri, trocando sempre a terra - na busca incessante e inquieta da "terra prometida", talvez... A entrevista do Sr. João termina, expressivamente, com uma referência ao Eldorado, o "lugar de riqueza, de muita facilidade e muito progresso". Seria Rondônia, o eldorado? Para outros, seguidores de outros caminhos, o Paraná, o Paraguai, São Paulo, aparecem como o Eldorado. E para aquela menina, entrevistada por José de Souza Martins, Tão madura nos seus sofridos doze anos, que esperançosa via a reso-

lução de todos os problemas de sua família de migrantes, agora que iam "embora do Brasil": estavam de mudança para Roraima...(3).

Se de um lado, existem condições objetivas que determinam as mudanças, por outro lado, lê-se nos depoimentos a tentativa de superação de uma situação que fez desses homens e mulheres, os excluídos e os vencidos da história. Ainda que nem todos possam perceber isso, ainda que a história lhes escape, esses migrantes têm, com a sua luta, com sua teimosia e resistência, influenciado o curso dos acontecimentos.

Esta é, parece-me, a contribuição política desta publicação: mostrar que essas biografias individuais de migrantes se ligam em um conjunto de relações sociais que se situam em uma dimensão histórica. As histórias do Sr. João, do Sr. Luiz Fernandes, de D. Maria, do Sr. José Farias, de D. Leonora e de todos os outros, põem a nu o processo de concentração da terra no Brasil e a necessidade de uma Reforma Agrária que, efetivamente, venha responder às exigências desses despossuídos da terra. Não uma Reforma Agrária agitada como bandeira em palanques eleitorais ou que funcione como mero marketing político de jovens fazendeiros ou oligarcas detentores do poder. Mas uma Reforma Agrária que, juntamente com o título de propriedade de terras férteis, resgate a dignidade desses trabalhadores.

## Notas

(1) - No livro aparece: "... que as revelam nas vicissitudes de suas biografias". A falta de uma letra modificou o texto, deturpando-o: as refere-se às "condições objetivas que definem a existência dos migrantes".

(2) - Publicado como "as biografias são as novas formas assumidas pela exploração em nossa época". Como se vê, afirmação totalmente absurda. No trecho tomo colocações de F. Ferrarotti definindo a importância das biografias ou histórias de vida como instrumentos metodológicos adequados para o trabalho com as populações "excluídas da História".

(3) - No lugar de "tão ciente de todos os problemas de sua família de migrantes, agora eles iam "embora do Brasil": estavam de mudança para Roraima..."

Recuso a afirmação de que a menina estava ciente dos problemas dos migrantes, que torna sem sentido o complemento da frase. O que escrevi procura enfatizar a vida de errantes, jogados de um lado para outro, ultrapassando fronteiras e limites. Inclusive os limites de sua humanidade.

Heloisa Helena T. de Souza Martins  
Profª Departamento de Sociologia  
FFLCH - USP

# SEJA UM COLABORADOR

**T**ravessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional etc...

A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, obedecendo aos seguintes quesitos:

**Os artigos devem enquadrar-se, na medida do possível, dentro do tema geral de cada número, previamente anunciados;  
Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;**

**Os artigos devem ser inéditos;  
Máximo de 10 laudas de 20 linhas com 70 toques;  
Breve identificação do autor e endereço com telefone para eventuais contatos;  
Obedecer aos prazos para envio das matérias, conforme estipulado ao lado.**

## PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

TRAVESSIA Nº 15  
TEMPO E ESPAÇO  
(JAN-ABR/93)

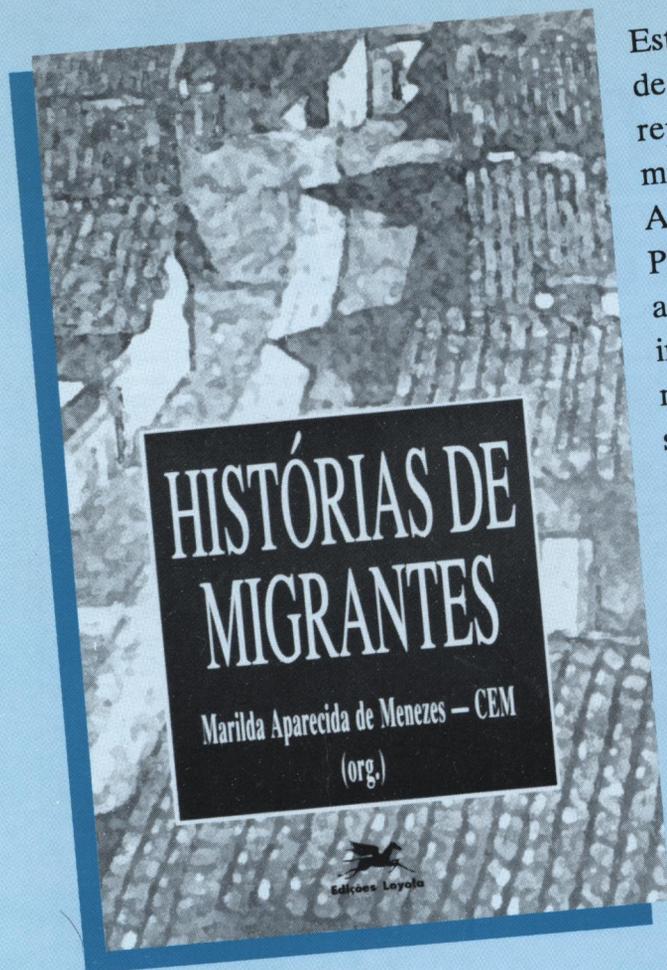
Prazo para  
envio dos  
artigos:  
(10/09/92)

TRAVESSIA Nº 16  
DESEMPREGO E  
SUBEMPREGO  
(MAI-AGO/93)

Prazo para  
envio dos  
artigos:  
(10/01/93)

TRAVESSIA Nº 17  
IMAGENS DO  
MIGRANTE  
(SET-DEZ/93)

Prazo para  
envio dos  
artigos:  
(10/05/93)



Este livro reúne uma coletânea de Histórias de Migrantes, divididas em quatro blocos representativos dos principais movimentos migratórios nas últimas décadas. Acompanhar a fala de Patrício, Maria, João Poltronieri, Leonora, e de todos os outros, é antes de mais nada trilhar com eles as intermináveis idas e vindas de um povo que não cansa de perseguir um 'lugarzinho de sossego'. É sentar-se ao lado para ouvir a fala daqueles que sistematicamente foram sendo excluídos. É oportunidade de deparar-se com a ferrenha teimosia de quem faz da vida um incansável recomeçar. É possibilidade para descobrir que os fracos são uns fortes! Dados estatísticos convertem-se em vidas, vidas ganham nome, nome que tem uma história, história cheia de particularidades, particularidades que se complementam!

No dia 31 de agosto de 1992, na XIIª BIENAL, em São Paulo, foi lançado o livro: **Migrantes Amazônicos - Rondônia: a trajetória da ilusão.**

O Estado de Rondônia foi criado em 22/12/81, depois de ter sido, em 1943, desmembrado dos Estados do Amazonas e Mato Grosso, com o nome de Território Federal do Guaporé.

A ocupação se fez desde o tempo dos bandeirantes, das feitorias. Além dos bandeirantes, centenas de outras pessoas, entre garimpeiros, mercadores, exploradores, para lá se dirigiram, na época, atraídos pelos recursos minerais e pelos povos indígenas.

Também se fizeram presentes os jesuítas e, com eles, os militares. Construiu-se o Forte Príncipe da Beira, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e Rondon abriu picadas para o seu telégrafo. Chegam os nordestinos em duas viagens: para os seringais e, mais tarde, para o Batalhão dos Soldados da Borracha.

Rondônia transformou-se na Terra Prometida: foi quando afluíram milhares de brasileiros enganados pela propaganda governamental e pelas colonizadoras.

Como viviam e como vivem estas pessoas? O que aconteceu com os povos indígenas? Qual a trajetória dos milhares de migrantes? Isso, e outras coisas mais, é o que o livro conta.

Pedidos: CEPAMI

Cx. Postal 131

Ji-Paraná - RO

78958-000

